



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Franco da Costa Nascimento

**Civilização e democracia: a teoria e a prática de Darcy Ribeiro e Paulo
Freire na redemocratização**

Rio de Janeiro

2018

Franco da Costa Nascimento

**Civilização e democracia: a teoria e a prática de Darcy Ribeiro e Paulo Freire na
redemocratização**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Campos

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

N244 Nascimento, Franco da Costa.
Civilização e democracia: a teoria e a prática de Darcy Ribeiro e Paulo Freire na redemocratização / Franco da Costa Nascimento. – 2018.
84f.

Orientador: Luiz Augusto Campos.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Educação e Estado – Brasil – Teses. 2. Democracia – Brasil - Teses. 3. Ribeiro, Darcy, 1922 – 1997 – Teses. 4. Freire, Paulo, 1921-1997 – Teses. I. Campos, Luiz Augusto. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 37.014(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Franco da Costa Nascimento

**Civilização e democracia: a teoria e a prática de Darcy Ribeiro e Paulo Freire na
redemocratização**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 7 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Augusto Campos (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. José Eduardo León Szwako
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Rio de Janeiro
2018

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus e a todos os Orixás por me protegerem e iluminarem o meu caminho. Em seguida, gostaria de agradecer a população do Estado do Rio de Janeiro, que mesmo percebendo a dificuldade para chegar ao ensino superior, vem financiando os meus estudos desde o curso de alfabetização.

Gostaria de agradecer também ao CNPQ por financiar a minha permanência na universidade pública brasileira, ao meu orientador Luiz Augusto Campos pela sua sabedoria e paciência, ao professor José Eduardo León Szwako que foi presente em todos os meus semestres durante o mestrado. Agradeço ao professor Christian Edward Cyril Lynch que estará presente na minha banca e a todos os funcionários da UERJ e em específico do IESP, que mesmo diante da falta de pagamentos sempre fizeram a nossa universidade pública funcionar.

Por fim, agradeço a minha família, os meus amigos, os meus colegas do IESP, o meu amigo Guilherme Karakida e a minha companheira Camilinha. Todos sempre muito pacientes, engajados e torcedores das minhas causas. A vocês, todo o meu amor, carinho e dedicação por dias melhores.

RESUMO

NASCIMENTO, Franco da Costa. *Civilização e democracia: a teoria e a prática de Darcy Ribeiro e Paulo Freire na redemocratização*. Orientador: Luiz Augusto Campos. 2018. 84f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Darcy Ribeiro e Paulo Freire trouxeram grandes contribuições à história do país por corresponderem a dois intelectuais de esquerda que se propuseram a interferir na realidade brasileira. Este trabalho busca, através das aproximações e afastamentos relacionados a pensamento, partido político e projeto educacional entre Darcy Ribeiro e Paulo Freire, compreender como as suas teorias permearam as suas respectivas organizações – Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) – e como influenciaram as suas práticas políticas enquanto responsáveis pela pasta vinculadas a educação. Por essa razão, o primeiro capítulo se propõe analisar as teorias presentes nos dois intelectuais. Na segunda parte, explora o processo de construção das suas organizações com o propósito de compreender as influências dos intelectuais nesse processo. Por fim, no último capítulo, a pesquisa busca compreender a relação de pensamento e partido na atuação dos dois intelectuais enquanto figuras políticas que planejaram e executaram projetos educacionais.

Palavras-chave: Darcy Ribeiro; Paulo Freire; educação; PDT; PT.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Franco da Costa. *Civilization and democracy: the theory and practice of Darcy Ribeiro and Paulo Freire in redemocratization*. Orientador: Luiz Augusto Campos. 2018. 84f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This work seeks, through the approaches and departures related to thought, political party and educational project between Darcy Ribeiro and Paulo Freire, to understand how their theories permeated their respective organizations – PT and PDT – as well as their political practices. For this reason, the first chapter proposes to analyze the theories present in the two intellectuals' work. In the second part, we explore their organizations' building process in order to understand the influences of these intellectuals in these processes. Finally, in the last chapter, we seek to understand the relationship between thinking and participation in the two intellectuals' performance as political figures who planned and executed educational projects.

Keywords: Darcy Ribeiro; Paulo Freire; education; PDT; PT.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	LEITURAS E IDEIAS: AS CONCEPÇÕES SOCIAIS DE DARCY RIBEIRO E PAULO FREIRE	10
1.1	Darcy Ribeiro: marginalização e dependência	12
1.2	Paulo Freire: opressão e passividade	19
1.3	Superação do problema	23
1.3.1	<u>Integração e desenvolvimento</u>	24
1.3.2	<u>Libertação e participação</u>	27
1.4	Aproximações e afastamentos	30
2	PDT E PT: O TRADICIONAL E O MODERNO NA POLÍTICA NACIONAL	34
2.1	O Partido Democrático Trabalhista: o velho no novo tempo	35
2.1.1	<u>O manifesto dos trabalhistas</u>	41
2.2	O Partido dos Trabalhadores: o novo rompendo com o velho	44
2.2.1	<u>O manifesto petista</u>	51
2.3	Os partidos	52
2.4	Pensamento e partido	55
3	AUTORES E SECRETÁRIOS: A CORRESPONDÊNCIA ENTRE TEORIA E PRÁTICA	57
3.1	O problema da educação em Darcy Ribeiro	28
3.1.1	<u>A proposta de Darcy Ribeiro</u>	60
3.2	O problema da educação em Paulo Freire	63
3.2.1	<u>O projeto de Freire</u>	65
3.3	Testemunha ocular da história: a leitura e o relato	69
3.4	Correspondências: pensamento, partido e educação	75
	CONCLUSÃO	80
	REFERÊNCIAS	82

INTRODUÇÃO

A educação brasileira migrou para o centro do debate público nos últimos anos em consequência da conjuntura política. Iniciativas como o projeto “escola sem partido” e educação à distância desde o ensino fundamental vêm sendo encampadas por grupos políticos autodeclarados de direita, cada vez mais expressivos. Embora os dois projetos sejam distintos, ambos têm como finalidade combater uma suposta “doutrinação marxista” ou de esquerda no ambiente escolar, calcada na ideia de que função primordial da educação básica é contribuir para a emancipação.

O primeiro projeto busca impor restrições à atuação crítica do professor em sala de aula, limitando drasticamente o conteúdo a ser abordado pelos docentes ao estritamente factual e técnico. Já a segunda proposta deriva da crença de que quanto menos tempo o alunado estiver em contato com o professor, menor influência de suas ideologias pessoais nesse processo formativo. Desse modo, a sala de aula só serviria para a realização de provas e atividades práticas e o ensino deveria se tornar crescentemente técnico.

Tais projetos contestam projetos educacionais bastante influentes no Brasil em décadas passadas, como aqueles encampados por nomes como Darcy Ribeiro, Paulo Freire e outros. Em todos esses casos, a educação presencial e intensiva era vista como instrumento crítico de emancipação nacional e individual. São projetos como esses que balizaram a construção de políticas públicas concretas, como as missões de alfabetização inspiradas na obra de Freire e os CIEPs idealizados por Ribeiro.

Este trabalho tem como propósito retomar esses dois projetos educacionais e sua influência política sobretudo no processo de redemocratização brasileira que teve lugar nos anos 1980. Debates produzidos por duas organizações específicas, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), levaram ao centro de seus programas políticos as concepções educacionais de Darcy Ribeiro e Paulo Freire, respectivamente.

Ribeiro e Freire foram dois intelectuais notabilizados por suas reflexões relacionadas à realidade brasileira e também ao sistema educacional do país. Por meio de leituras críticas, propuseram em suas análises do contexto nacional agendas de mudança na estrutura política, social e educacional do país. Além disso, ambos participaram ativamente da gestão política. O primeiro foi vice-governador e secretário de educação do Estado do Rio de Janeiro pelo PDT durante o governo liderado por Leonel Brizola (1983 a 1987). O segundo assumiu a Secretaria

Municipal de Educação em São Paulo durante a administração do PT encabeçada pela Luiza Erundina (1989 a 1993).

Embora a pesquisa aborde a relação entre intelectuais, partidos políticos e gestões governamentais de esquerda, o objetivo é apresentar as diferenças entre essas organizações e esses pensadores de modo a identificar quais são as aproximações e os afastamentos entre eles. Assim, os capítulos são estruturados da seguinte forma:

O primeiro capítulo, *“Leituras e ideias: as concepções sociais de Darcy Ribeiro e Paulo Freire”* se estrutura buscando analisar Ribeiro e Freire como dois autores críticos que analisam e propõe soluções para a realidade social brasileira. As seguintes obras: *“Os brasileiros: Teoria do Brasil”* e *“O povo Brasileiro”*, de Darcy Ribeiro; *“Pedagogia do Oprimido”* e *“Educação como prática da liberdade”*, de Paulo Freire, são utilizadas na composição dessa parte do texto, em razão de sintetizarem as concepções dos dois intelectuais, as suas influências e problemáticas.

Já a segunda parte do trabalho, *“PDT e PT: O tradicional e o moderno na política nacional”* se dispõe a comparar as percepções presentes em PDT e PT. Assim, o capítulo busca fazer um resgate histórico das duas organizações políticas e revisar as distintas leituras sobre o ambiente e as práticas políticas do passado e as propostas que emergiram durante a ditadura militar e na redemocratização. Além disso, persegue-se o objetivo de compreender em que medida Ribeiro e Freire deram forma e influenciaram a concepção de suas respectivas organizações e como estas se aproximavam de seus pensamentos.

A última e terceira parte do trabalho, *“Autores e secretários: a correspondência entre Teoria e Prática”*, estabelece a leitura dos dois intelectuais em suas práticas enquanto secretários de educação. Ou seja, procurando identificar as suas aproximações e afastamentos enquanto intelectuais que se propuseram a atuar na formulação e implementação de políticas públicas com a intenção de superar os recorrentes impasses e problemas da educação básica no Brasil. Mas, nessa última parte, existe também a intenção de compreender em que medida as ideologias dos partidos a que se filiaram esses homens de ação e reflexão contribuíram para os seus projetos educacionais.

Dessa forma, os capítulos se conectam. O primeiro tem o escopo de identificar diagnósticos e prognósticos dos dois autores perante a realidade brasileira. O segundo observa e focaliza em seus partidos políticos como instrumentos de organização e de transformação social e o terceiro as suas práticas enquanto políticos que pensavam a educação como forma de superação do problema.

1 LEITURAS E IDEIAS: AS CONCEPÇÕES SOCIAIS DE DARCY RIBEIRO E PAULO FREIRE

Este capítulo tem como objetivo apresentar as interpretações da realidade social brasileira por meio de dois autores que também se propuseram a transformar o Brasil: Darcy Ribeiro e Paulo Freire. A análise das compreensões sociais, assim como os meios para a superação dos problemas sociais brasileiros presentes nos dois intelectuais, buscam compreender as aproximações e os afastamentos entre ambos e posteriormente as consequências dessas formulações em suas organizações políticas e projetos educacionais.

Nessa primeira etapa do trabalho serão levados em consideração as leituras referentes a *práxis* presentes nas reflexões apontadas por Maria Misoczky e Rafael Flores (2009) e a ideia de “*Teoria Crítica*” de José Maurício Domingues (2011). Misoczky e Flores (2009) em “*A práxis-crítica na tradição do pensamento social brasileiro*”, se propõe a explorar a tradição da *práxis-crítica* nas formulações dos intelectuais nacionais, utilizando como objeto de pesquisa três autores brasileiros: Caio Prado Junior, Ruy Mauro Marini e Darcy Ribeiro. O último, como colocado, será objeto da nossa pesquisa. Embora os três pensadores apresentem diferenças em suas compreensões da realidade, as suas aproximações se davam em decorrência da grande capacidade de entender os problemas e as lutas de seus tempos, teorizando para a ação e também agindo. O eixo de aproximação entre os diferentes autores é a percepção de ambos como intelectuais: críticos e ativistas.

Para esclarecer o entendimento de *práxis* que adotamos, é preciso distingui-la da atividade. Atividade (ou ação) se refere ao ato ou conjunto de atos através do qual um sujeito ativo modifica uma matéria prima dada. Essa é uma qualificação por demais inespecífica, o ponto de abarcar atividades instintivas ou biológicas e, mesmo, atos que não seja especificamente humano. (MISOCZKY; FLORES, 2009, p. 516)

Ao formular o conceito de *práxis* empregado na análise, os autores buscaram realizar a revisão do conceito em diferentes teóricos, além de fazer distinções prática humanas e não-humanas. Misoczky e Flores (2009) colocam que para filósofo Adolfo Vázquez, a atividade humana se encontra em atos dirigidos a um objeto com a intenção de transformação a partir da leitura de uma determinada realidade e tendo como resultado as consequências dessa transformação.

Como apontado por Vázquez, existe a interferência humana na realidade. Entretanto, essa interferência é consequência do real produzido pela consciência do interventor – como antecipação do desejado (MISOCZKY; FLORES, 2009). Em complemento com as afirmações do filósofo, os autores também colocam que com o processo de realização, o *ideal antecipado*

na consciência sofre modificações no seu contato com a realidade. Dessa forma, por meio da filosofia e da compreensão dos autores pode-se observar as distinções entre atividade teórica e práxis.

Segundo os autores, a ideia de teoria – baseada em Karl Marx e Vázquez – é apresentada como o elemento que modifica as percepções, interpretações ou conceitos, empregando como principal finalidade a elaboração ou transformação dessas compreensões para obter como resultado teorias que descrevem a realidade e possibilite a pressuposição do futuro (FLORES; MISOCZKY, 2009). A teoria, um dos instrumentos para a transformação do mundo, traçaria os pilares que antecedem essa mudança. Mesmo que em sua abrangência esteja reduzida à modificação do mundo no plano das ideias e não em sua concretude.

Dessa forma, Marx aponta para além da interpretação do mundo, mas da sua transformação concreta por meio da vinculação entre atividade teórica e a prática como instrumentos de transformação da realidade. Sendo “concebida em função da ação revolucionária, podendo falar em uma práxis teórica” (FLORES; MISOCZKY, 2009).

Já para Gramsci, Misoczky e Flores (2009) colocam que a atividade teórica crítica busca responder os problemas sociais presentes na realidade, produzindo uma base que devem ser socializadas para ações na mesma existência. Assim, o conceito de práxis presente em Gramsci se destaca pela descontinuidade da concepção marxista, como apontado por Michael Löwy. Uma vez que na concepção marxista dominante, existia uma elite virtuosa que transformaria a realidade. Assim, na proposta de Gramsciana, existe a rejeição desse materialismo iluminista. De forma que a práxis é auto libertadora e simultaneamente transformaria as estruturas sociais, econômicas, políticas e a tomada de consciência pelas vítimas do sistema, proporcionando novos valores, ideias e aspirações (FLORES; MISOCZKY, 2009).

Diante das diferentes compreensões, para os autores, as relações entre prática e teoria se desenvolve de forma dependente. Assim, a prática é colocada como a constatação de validade das ideias presentes na consciência dos diferentes teóricos. Além disso, é o que possibilita a teoria avançar em relação ao que foi planejado antes, em razão de a teoria não se limitar a si mesma, mas a compreensão e transformação do mundo – a práxis.

Domingues (2011) em *Vicissitudes e Possibilidades da Teoria Crítica Hoje*, coloca a crítica teórica como uma direção do questionamento a modernidade. Assim, buscando localizar a movimentação dos agentes sociais presentes nessa estrutura e os potenciais existentes para a condução da emancipação proposta, mas não realidade produzida pela modernidade (DOMINGUES, 2011). Por essa razão, é apontado que a crítica tem como intenção superar as condições sociais que impossibilitam a “realização dos valores da modernidade e as demandas

que os agentes sociais concretamente críticos trazem à linha de frente da disputa intelectual e política” (DOMINGUES, 2011, p. 72)

Assim, este texto busca compreender Ribeiro e Freire como dois autores que se encontram na perspectiva de práxis apresentadas e debatidas por Misoczky e Flores (2009) e também a compreensão crítica defendida por Domingues (2011), em virtude de interpretarem a realidade de maneira crítica e propor medidas que podem transformar a mesma.

1.1 Darcy Ribeiro: marginalização e dependência

Enquanto intelectual, Darcy Ribeiro se propôs a compreender o Brasil desde a sua formação, buscando ter como referência o período colonial. Além disso, o autor tinha como preocupação intelectual e política propor o desenvolvimento social do país como nação civilizada. Esse interesse por parte de Ribeiro pode ser observado em diversos das suas obras como: “*Os brasileiros: Teoria do Brasil*”, “*O Brasil como Problema*”, e “*Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*”, de 1995.

Entretanto, “*Os brasileiros*” pode ser visto como o escrito que representa a sua primeira interpretação política e intelectual relacionada ao Brasil. Cabe ressaltar que o texto é publicado em 1980, às vésperas da redemocratização que o jogou em uma disputa intelectual, político e partidária. Na obra, Ribeiro busca questionar o Brasil do passado para entender o presente, colocando como uma nação tão populosa e uma das mais ricas em recursos naturais, se encontra em uma situação de subdesenvolvimento e dependência. De modo que tem apenas a capacidade de promoção da prosperidade a uma minoria dominante no país (RIBEIRO, 1980). Assim, a grande massa populacional é identificada como marginalizada.

Por esse motivo, o estudo de Ribeiro, além de estar inserido em um grupo de estudos que buscaram entender a sociedade brasileira, também carrega a preocupação de interferir de forma positiva no destino de seu país. Essa preocupação pode ser vista quando o autor afirma que:

O que me interessa agora, essencialmente, é contribuir para que se instrumente o brasileiro comum com um discurso mais realista e convincente sobre o Brasil, afim de motivá-lo e capacitá-lo a atuar de forma mais urgente e eficaz na transformação da nossa sociedade. (RIBEIRO, 1980, p. 11)

Tanto na sua formulação relacionada a formação do Brasil em *O povo Brasileiro*, quanto na sua teoria sobre o Brasil, o autor busca compreender o passado com a finalidade de responder questões do presente. Em ambas as obras Ribeiro julga o passado brasileiro como uma

consequência indesejada. Em “*O povo brasileiro*” a inconsequência se concretiza no argumento da “*ninguendade*”, existindo como resultado das relações e violências entre os diferentes grupos sociais e etnias sendo a principal característica do povo brasileiro. Já em sua teoria, o autor classifica o Brasil como uma espécie de subproduto indesejado em consequência dos empreendimentos do Brasil Colônia, onde o único propósito era produzir açúcar e café para exportação, gerando lucro para uma parcela reduzida.

Contudo, Ribeiro também afirma que a sociedade brasileira possui particularidades em consequência da sua formação enquanto povo e também referente a sua concretização como nação. Desse modo, passa a divergir das teorias explicativas do atraso e do progresso dos povos modernos inseridos na civilização industrial, em especial, o modelo que tem como referência a Europa, uma vez que é mais contrastante e menos representativo.

No primeiro momento de sua análise, Ribeiro se propõe a observar a “evolução” do Brasil inserido no contexto dos países latino-americanos em meio a relação com as potências *ibéricas mercantis-salvacionistas* do século XVI e XVII. Embora constituindo distinções das diferentes sociedades e nas suas formações como povos. Essa evolução é vista como o processo civilizatório. É importante destacar que esse processo e a sua condição como colônia é vista como consequência do contato entre o europeu e os povos originários da América.

Assim, no desenvolvimento das relações, muitos grupos foram vítimas de espoliação e despotismo. São utilizados como exemplos dessa violência os indígenas (originários da América) e os negros trasladados do continente africano. Esses dois povos – não europeu – serviram na formação colonial brasileira e do continente americano como mera força de trabalho, ou conforme expresso pelo autor “*carvões*” que queimavam para a manter a economia de exportação colonial – Ribeiro classificou o sistema produtivo brasileiro também como “máquinas de moer gente”:

Ao longo de toda a América, espanhóis e portugueses, estruturado como formações Mercantis-Salvacionista, implantaram *Colônias Escravistas* nas quais conscreveram, primeiro, as populações locais para a produção mineira e para cultivos tropicais destinados à importação que, dessa forma, experimentaram movimentos de atualização histórica. Quando e onde a mão de obra escasseou, devido ao enorme despovoamento provocado pelas enfermidades transmitidas pelo europeu a grupos humanos indenes e pelo desgaste do trabalho escravo, ela foi sendo substituída por escravos trazidos da África. (RIBEIRO, 1980, p. 39)

É apontado que durante o processo de colonização, os grupos originários da América buscaram se refugiar em lugares inacessíveis, a fim de preservar a sua cultura e escapar da uniformização e marginalização imposta pela nova sociedade fruto da colonização europeia. Contudo, percebe-se na narrativa do autor, que embora esses grupos tentavam se auto proteger, o avanço imposto por esses colonizadores iria alcançá-los. Isolando-os do centro de decisões

das sociedades nacionais por meio da marginalização, opressão e discriminação. Essa relação estabelecida durante o período colonial é um dos aspectos que resultaram no atraso social brasileiro.

No segundo momento da sua leitura sobre o processo brasileiro, Ribeiro coloca que o aprofundamento das diferenças e desigualdade na sociedade brasileira, foi consequência da incapacidade de desenvolvimento das potências ibéricas que promoveram a colonização no século XVI. Com a revolução mercantil promovida por ingleses, holandeses e franceses, houve uma nova forma comercial, a capitalista, que acabou resultando no segundo processo civilizatório experimentado pelo Brasil e por países latino-americanos.

Esta evolução se torna possível tanto por fatores internos, tais como as experiências anteriores destas sociedades que, renovando sua ordenação social, lhes permitem ascender evolutivamente a uma nova etapa, quanto por fatores externos, como foi a criação por parte dos ibéricos de uma economia mercantil de base mundial que gerou uma fabulosa de riqueza, através do saqueio e da exploração de seus proletários externos. (RIBEIRO, 1980, p. 39)

Para o autor, essa nova estrutura *mercantil-capitalista* possuía características semelhantes as antigas *mercantis-salvacionistas*, que havia exercido a sua hegemonia em diferentes continentes como na América, África e na Ásia. Com a ascensão do capitalismo dirigido e organizado pela Inglaterra, os dois modelos entraram em conflito, consequentemente tendo os ingleses como vencedores. Embora não possuísse o mesmo caráter missionário e intolerante com os povos locais protagonizado pelas potências ibéricas, as novas forças compartilhavam do mesmo mercado e da mesma estrutura como a mineração e as grandes plantações de produtos tropicais (RIBEIRO, 1980, p. 40).

Dessa forma, esse segundo processo civilizatório resultou na submissão de diversos povos presentes na América Latina e consequentemente no Brasil. É pertinente evidenciar que os dois movimentos que culminaram em processos civilizatório resultaram na subjugação. O primeiro por conta do seu caráter missionário e intolerante resultou na perseguição, marginalização e imposição do trabalho compulsório aos povos originários e aos negros carregados da África conduzido pelas potências ibéricas. Já o segundo movimento tem duas características marcantes; uma é a segunda submissão da população presente na América em consequência da derrota dos ibéricos devido ao seu atraso tecnológico frente aos países capitalistas industrializados e a outra é a criação de proletários externos.

Esses dois movimentos produzidos pelas diferentes potências europeias podem ser vistos como fundamentais na formulação teórica de Darcy Ribeiro com a finalidade de compreender o presente. A colonização ibérica, além de carregar o atraso, traduz uma das inquietações persistentes nas análises do autor sobre o Brasil: a discriminação. A outra

inquietação é em relação ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, uma das pistas já apontada se dá em relação a proletarianização externa que retira a autonomia de um povo, de forma que internacionaliza e cria tendência de desenvolvimento.

Contudo, por meio das relações violentas conduzidas pela colonização e o tráfico de pessoas em consequência do sistema escravista, Ribeiro enxerga outro elemento fundamental para sintetizar a sua teoria e compreensão do Brasil; o surgimento de um *povo novo*. Embora essa teoria esteja no seu principal livro, “*O povo Brasileiro*”. Em sua teoria sobre o Brasil, o autor já apresenta elementos que posteriormente foram introduzidos a sua principal obra.

Os Povos-novos concluíram a sua autoedificação étnica, no sentido de que não estão presos a qualquer tradição do passado. São povos em disponibilidade, uma vez que tendo sido desatrelado de suas raízes, estão abertos ao novo, como gente que só tem futuro com o futuro do homem. (RIBEIRO, 1980, p. 70)

Esse “Povo Novo” descrito por Ribeiro é a mistura de diferentes povos, como os índios, o negro gerado na África e o branco europeu. Deve-se destacar que a relação entre essas diferentes matrizes se desenvolveu de maneira violenta e compulsória, desde as formas de produção de riqueza até as relações que envolviam carne e sentimento. Negros e índios foram submetidos às vontades do colonizador europeu, entretanto Ribeiro é pontual nos impactos a cada um dos povos.

Além da imposição do trabalho, os índios sofreram com as enfermidades trazidas da Europa, com a dominação tecnológica e cultural, entretanto permaneceram em suas terras. Já a população negra sofreu uma violência que afetou o seu espírito e espaço. Essa última afirmação se desenvolve em consequência do desenraizamento da sua própria tradição por meio do sistema escravocrata, assim vendo-se obrigados a aculturar-se em torno das compressões sobre ele, mas presente no outro – se encontrando apenas refletido entre o capataz e o senhor.

Na constituição desse povo novo, o autor faz apontamentos da função de cada um dos diferentes povos. Na sua leitura, o indígena contribuiu de duas formas; por meio da sua força e da sua agência cultural que possibilitou o contato com experiências milenares e adaptações ecológicas. O negro também contribuiu com a sua força, mas diferentemente do índio, em virtude de estar vinculada a geração de bens produzido e da riqueza que se acumulou e exportou. Por fim, o branco foi o colonizador e reproduzidor capaz de se multiplicar. Também implantando as instituições que ordenaria toda vida social.

Conforme apontado anteriormente, o Brasil é uma expressão dessa formatação da mistura de diferentes povos. Deve-se pontuar que os mesmos elementos que permitiram a criação desse povo novo foram determinantes também para a permanência do atraso e das desigualdades no país. Em seus diferentes trabalhos sobre o Brasil, Ribeiro aponta que a

institucionalização do sistema de fazendas que tinham como combustível a escravidão foi um dos principais fatores para o atraso do país.

Em seu diálogo entre o passado e o momento em que escrevia as suas teorias sobre o Brasil, o autor afirmou que assim como no passado, embora o país tivesse desenvolvido empresas prósperas, as mesmas não buscavam generalizar essa prosperidade com a população. De modo que não também não tinha capacidade de promover o crescimento econômico brasileiro, em razão de transferirem ao exterior a maior parte dos frutos consequentes do trabalho do povo brasileiro. Ou seja, a relação colonial ainda persistia nas relações econômicas e social.

Como tal, geraram uma estratificação social encabeçada pela classe encabeçada por uma classe dominante consular porque dependente de interesses exógenos, e retrograda porque oposta a qualquer transformação profunda na estrutura socioeconômica. E classes oprimidas, ontem afundadas na penúria como escravos e hoje marginalizadas da força de trabalho regular. Entre estas classes prevalece uma oposição tão profunda quanto a seus interesses fundamentais, que se torna inviável qualquer institucionalidade democrática. Nestas condições, nem chega a constituir-se um povo como categoria política correspondente à totalidade da população e capaz de influir em seu próprio destino, e toda ordenação sócio-política é despótica ou virtualmente insurgente. (RIBEIRO, 1980, p. 73)

Ribeiro compreende que o Brasil, assim como os demais países latino-americanos, tem a maior parte de sua camada social marginalizada. Isso significa, também, que a mesma não está incorporada à cultura moderna e a maior parte dos trabalhadores excluídos dos meios formais e modernos da economia e de diferentes esferas da vida nacional. Dessa forma, a exclusão do sistema produtivo moderno não permitia nem mesmo que esses trabalhadores fossem assalariados de maneira regular e assegurada pelo Estado.

Observando todo esse processo de exclusão da maior parte da população, o autor busca fazer apontamento que constitui em uma matriz política. Considerando que a restrição de direitos a essa grande maioria é consequência da falta de participação política da maior parte da população brasileira. Isso acontece, uma vez que excluídos por serem analfabetos, e mesmo quando alfabetizados e eleitores, os mesmos estão submetidos a influência patronal que não permitem alcançar a condição de cidadão brasileiro. No Brasil, essa massa excluída e marginalizada é majoritariamente negra, mulata e indígena, principalmente o primeiro grupo – que se encontra violentada e precarizada nas favelas e periferias do país – na concepção do autor.

A distância social mais espantosa no Brasil é a que separa e opõe pobres dos ricos. A ela soma, porém, a discriminação que pesa sobre negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros. (RIBEIRO, 1995, p. 202)

Como apontado no início do texto, na teoria sobre o Brasil de Ribeiro existem permanências frutificadas ainda na colônia. Permanência em consequência da escravidão, em razão da perpetuação de um modelo social que não permitiu que negros ascendessem socialmente, assim mantendo a distância que havia entre “homens livres” e “escravos”.

Na sua comparação entre a estratificação social colonial e a divisão de classes no *Brasil* atual,¹ Ribeiro busca evidenciar as permanências mostrando que a classe dominante brasileira continuou com o mesmo poder econômico, os homens livres do passado se tornaram; dependentes, autônomos, camponeses e operários. Por fim, toda a massa escravizada foi jogada a marginalidade, de modo que não teve condições de ascender socialmente (RIBEIRO, 1980). Além disso, o autor coloca que essa distância social busca diferenciar não só economicamente, mas esteticamente no sentido valorativo da palavra (RIBEIRO, 1995):

Com efeito no Brasil as classes ricas e as pobres se separam uma das outras por distancias sociais e culturais quase tão grandes quantos as que medeiam entre povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice – como expressão do usufruto da riqueza social – se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiura da imensa maioria – expressão de penúria em que vivem. Ao traço refinado, a inteligência – enquanto reflexo da instrução –, aos costumes patricios e cosmopolita dos dominadores, corresponde ao traço rude, o saber vulgar, a ignorância e o saber arcaico dos dominados. (RIBEIRO, 1995, p. 194)

Essa distância entre os grupos sociais e raciais distintos, além da herança intolerante herdada no passado, na sua teoria sobre a formação do Brasil. O autor enxerga o problema também na montagem dos negócios no país, no qual privilegia e engradece os membros da classe dominantes, permitindo que se sentem os *donos da vida*, assim, proporcionando a grande maioria da população a subjugação e a degradação por meio da educação precária e hábitos de vida menos exigentes em detrimento de sua prosperidade.

Esse movimento interno entre classes é uma expressão do empreendimento internacional que tem o Brasil como banca de transação, uma vez que toda essa negociação não se encontra voltada para o progresso e o desenvolvimento do país, mas para enriquecer uma parcela mínima da sociedade que se encontra voltada a atender interesses externos.

Essa relação econômica e social foi vista na inserção da ideia *mercantil-capitalista*, no passado como já apontado nesse texto. Embora tenha ocorrido a independência de Portugal, o Brasil se inseriu em um intercâmbio social e econômico desigual com novas metrópoles, se colocando dessa forma, em uma estrutural neocolonial em detrimento de potências imperialistas modernas, promovendo também a prosperidade alheia.

¹ Nomenclatura utilizada por Ribeiro.

Na concepção de Ribeiro, essa estrutura social-econômica se constitui por meio da burguesia nacional. Diferentemente de uma burguesia capitalista autônoma que propõe o desenvolvimento nacional, a classe dominante vigente no Brasil não se contrapõe aos interesses estrangeiros que resultam no atraso nacional, uma vez que a sua prosperidade e modernização enquanto classe é consequência dessa relação de dependência, se comprometendo a perpetuar a velha ordem herdada ao invés de capitanear a sua transformação.

O caráter espúrio da cultura brasileira decorre, como vimos, da própria natureza exógena e mercantil da empresa que lhe nascimento como formação colonial escravista, organizada para prover o mercado europeu de certos produtos. Nestas condições, o Brasil nasce e cresce, como um proletário externo das sociedades europeias, destinado a contribuir para o preenchimento das condições de sobrevivência, de conforto e de riqueza destas e não das suas próprias. A classe dominante brasileira, em consequência, é chamada a exercer desde o início, o papel de uma camada gerencial de interesses estrangeiros, mais atenta para as exigências destes do que para as condições de existência da população nacional (RIBEIRO, 1980, p. 142)

A relação dessa configuração econômica tendo as suas bases no passado por meio da vinculação com as potências *mercantis-capitalistas* e a intolerância da colonização *mercantil-salvacionista* fez na visão de Ribeiro a constituição do combustível humano em forma de energia muscular produzir internamente para suprir as necessidades externas.

Por fim, é importante evidenciar que para o autor esse desinteresse em desenvolver o Brasil e integrar a população é resultado da repulsa da classe dominante nacional a esse *povo-novo* por meio da discriminação e exploração. Em sua leitura, essa classe que dirige os rumos econômicos e sociais do Brasil buscou se auto definir por branca em oposição a uma população majoritariamente mestiça. Assim, tinha como principal reivindicação se reforçar como branca e no plano cultural aspirar a sua *europiedade* – que no primeiro momento era lusitana, depois inglesa e francesa e posteriormente norte-americana. De modo, que a simulação a essas assimilações externas no modo de se vestir, de comer, morar, casar e morrer – tendo só como ação de distinção o plano ecológico-social e o contexto o humano em que se vivia (RIBEIRO, 1980).

Contudo, para Ribeiro, a imitação não era um mal em si, até porque existem elementos do mundo europeu e estado-unidense que devem ser absorvidos em consequência do progresso. O repúdio do autor se desenvolvia ao ver a defesa da necessidade de transplantações perfeitas ou cópias de elementos desses países e também ao desprezo dessa classe a tudo que era nacional, principalmente popular, uma vez que carregavam a identidade da “subalternidade da terra tropical e a inferioridade dos povos de cor”.

1.2 Paulo Freire: opressão e passividade

Paulo Freire, em sua análise referente as relações e interações sociais, não se propõe a expor os fatores que empurram o Brasil para o seu atraso, mas compreender a opressão do homem em geral. Deve-se destacar que, para o autor, a realidade social não se dá por acaso, mas como produto das ações do homem, na qual o mesmo também é visto como consequência dessas ações.

Essa análise se encontra em dois trabalhos de Freire, o primeiro é o “*Educação como prática da liberdade*” (2014) e o segundo e mais importante é o “*Pedagogia do oprimido*” (2017). Essa denominação em torno da importância de suas obras é colocada pelo próprio autor, uma vez que na justificativa da *pedagogia do oprimido*, coloca a *educação como prática da liberdade* apenas como uma mera introdução para a sua grande obra e ao mesmo é integrada a *pedagogia do oprimido* (FREIRE, 2017).

Em sua análise, Freire se encontra preocupado em descrever a consciência dos oprimidos e opressores, a fim de propor a superação dessa dualidade. Diante de tal perspectiva, o autor leva em consideração as visões de mundo, os comportamentos e as crenças dos indivíduos que integram os distintos agrupamentos de pessoas. Bruno Botelho Costa (2016), em *Paulo Freire: educador-pensador da libertação*, coloca que Freire optou por uma *teoria-política* humanista por meio da filosofia da libertação, assumindo uma posição que pode acolher diferentes problemáticas que não se referem apenas realidade local, ou no caso deste trabalho, a brasileira (BOTELHO, 2016).

O que pode ser visto na teoria Freireana é a sua preocupação central relacionada a humanização do indivíduo. Essa preocupação por parte de Freire implica imediatamente no oposto do seu problema – a *desumanização*, fazendo parte de uma realidade histórica conduzida pelos homens.

A partir dessa dolorosa constatação que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – de sua humanização. Ambas, na raiz de sua inconclusão, os inscrevem num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e consciente de sua inconclusão. (FREIRE, 2017, p. 40)

A questão em torno da humanização do indivíduo na sociedade reflete em outro apontamento – a *vocação dos homens*. Essa noção de vocação se desenvolve em diferentes esferas, uma vez que ele busca tratar a ideia em distintas compreensões como; a vocação de um grupo para determinados a fazeres, a negação da vocação em consequência das desigualdades sociais e mais a vocação negada por meio da afirmação da própria negação. Nesse sentido,

Freire coloca que a violência dos opressores faz os oprimidos, homens proibidos de serem o que querem, assim negando as suas potencialidades. A resposta por partes dos oprimidos se encontra vinculada a busca e o anseio do querer “*ser*”:

Os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam, não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão (FREIRE, 2017, p. 59)

O autor faz indicações para a relação dos homens e as suas condições afirmadas tendo como instrumentos ideias e certezas construídas nas relações entre os homens. Dessa maneira, a negação da vocação se encontra nitidamente ligada com a tarefa histórica de desumanizar os indivíduos por parte de alguns homens.

Danilo Romeu Streck (2009) em “*Da pedagogia do às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico*”, faz apontamentos importantes para compreendermos qual contexto histórico emerge a crítica e preocupação Freireana em torno do indivíduo e das suas relações. O autor aponta que Freire enxergava um movimento em que o ser humano estava realizando a busca em querer “*ser mais*”.

Nesse mesmo momento da história em que Freire escreve a sua grande obra, várias rebeliões estavam acontecendo no mundo, tais como o movimento antirracista e as lutas anticolonialista, que possibilitou a liberdade dos países africanos; assim como o movimento de mulheres que alterou as relações de gênero. Além disso, ressalta o movimento de maio de 1968, que para Freire era tradução da preocupação dos homens com o mundo (ROMEU STRECK, 2009).

Por esse motivo, as leituras em torno do indivíduo se relacionam com as teorias ligadas as questões de gênero, raça e principalmente anticoloniais como a de Frantz Fanon. Essa vinculação pode ser vista quando o autor utiliza a expressão “*condenados da terra*” e até mesmo na argumentação da sua obra:

A nossa preocupação, neste trabalho, é apenas apresentar alguns aspectos do que nos parece constituir o que vimos chamando de pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 2017, p. 43)

Para Freire, os homens opressores, promovem a exploração, a violência e a desigualdade em razão do seu poderio e privilégios. Da forma que não tem como opção a libertação dos oprimidos e a sua própria libertação como opressor. O autor coloca que essa libertação só é possível por meio de uma força de libertação dos grupos oprimidos, uma vez que a sua libertação significa a libertação de todos os indivíduos.

Por esse motivo, os que dirigem e oprimem se propõem a amenizar as violências consequentes de seus atos por meio das “falsas generosidade”. Essa atitude ludibriadora tem como intenção a conservação das relações entre homens como se constituem e a vinculação contra qualquer ameaça a essa ordem social estabelecida. Assim, permanecendo a ordem social vigente, injusta e que se nutre a morte do outro – no caso, do oprimido.

A pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos do seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É instrumento de desumanização (FREIRE, 2017, p. 56).

Nessa relação, os opressores têm por necessidade a manutenção de seus privilégios perante aos oprimidos, uma vez que a garantia dessas prerrogativas é vista como a característica mais latentes da sua humanidade em relação aos outros que são vistos como “coisas” ou “objetos”. Para os detentores do poder, só existe um direito – o seu direito próprio. Dessa forma, Freire aponta que os desejos e os privilégios do opressor só fazem sentido com a existência do oprimido. Por meio de uma análise concreta, existencial e da realidade, essa violência intragrupos ou classes ocorre desde o nascimento, sendo passada de geração a geração de opressores que se fazem herdeiros da ordem, das pessoas e dos direitos.

Além disso, a análise Freireana faz apontamentos voltados pra questão da posse e do dinheiro. De modo que existe uma convicção nos opressores da possibilidade de transformação de tudo que se encontra ao seu redor por meio do dinheiro, sendo essa a medida de todas as coisas, mas também tendo o lucro como produto dessa lógica. Por essa razão, nas relações entre opressores e oprimidos, o primeiro grupo se baseia no *ter cada vez mais*, assim se constituindo como classe. Já o segundo se depara com a condição de *ter cada vez menos ou nada*.

Como parte do *ter*, a humanização é vista como uma exclusividade e com aspectos de herança social, sendo algo estritamente direcionado a um grupo e negada a outras pessoas, que quando a reivindicam são tratadas e classificadas como subversivas. Por esse motivo, os oprimidos precisam ser controlados. E quanto mais controle exercido sobre eles, mas são aproximados das condições de objetos inanimados por parte de seus algozes. Freire coloca que a tendência de *objetificar e inanimar* tudo e todos, se encontra vinculada a ânsia de posse por parte dos poderosos, se identificando também com tendências sadistas, uma vez que:

O sadismo aparece, assim, como uma das características da consciência opressora, na sua visão necrófila do mundo. Por isto é que seu amor é um amor às avessas – um amor à morte e não a vida. Na medida em que, para dominar, se esforçam por deter a ânsia de busca, inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida, os opressores matam a vida (FREIRE, 2017, p. 65)

A negação relacionada ao poder de criar apontada tem como uma das suas principais bases a ciência, visto que os pressupostos importados e científicos vão se apropriando da

realidade, a fim de atender as vontades e práticas dos que as detém. Dessa maneira, a tecnologia e o saber científico são utilizados como forças indiscutíveis e que também servem para a manutenção da ordem.

A partir de então, os saberes populares em tornos da agricultura, alimentação e até mesmo no tratamento de doenças passam a ser vistos como magias ou truques – formulados em um mundo atrasado. Ou seja, esses saberes são tratados com desconfiança pelos detentores do saber, conseqüentemente transformando os oprimidos em incapazes de pensar.

Desse modo, para os opressores todos atrasos sociais, políticos e insucessos enfrentado pelos oprimidos é uma consequência do seu próprio fracasso e experiências no mundo. O autor coloca que os oprimidos são inferiores por conta da sua própria incapacidade ou insuficiência. Já os opressores se colocam como os conquistadores do seu próprio direito, no qual tiveram a coragem de correr riscos para obter as suas conquistas.

Diante desta reflexão, em algumas situações, os oprimidos são sujeitados ao olhar do outro por meio de adjetivos, segundo Freire, como; “essa gente”, “massa cega”, “invejosa”, “selvagem”. Ou na condição de colonizados; “nativos” ou “subversivos” que não sabem amar, também sendo ferozes ou violentos quando não aceitam as imposições do opressor. Além disso, são chamados de “preguiçosos” e “incapazes”.

Um dos pilares que sustentam essa relação entre oprimidos e opressores é a *prescrição*. Essa prescrição tem por objetivo a imposição de uma consciência à outra, a imposição de opressores a oprimidos. Os oprimidos corresponderiam a uma espécie de caixa em que ideias e certezas são depositadas, de forma a abrigar, também, a transformação da consciência que passa a hospedar essas ideias. Logo, o comportamento dos oprimidos passa a ser ditado pelos opressores – ao formular discursos e pautas que chegam a ser estranhas a eles, mas de forma que passam a reproduzir as ideias de seus antagonistas.

Para o autor, essa assimilação também é consequência de um “medo” da liberdade ou a falta de reconhecimento da própria realidade por parte dos oprimidos. Os mesmos passam a ficar acomodados e se adaptam a estrutura proposta pelo seu opressor. Contudo, também deve ser levado em consideração a temeridade das possíveis punições que as atitudes em prol da liberdade e transformação desencadearia pelos detentores do poder ou a expressão também utilizada pelo próprio autor, “*donos da vida*”.

Além disso, a realidade opressora é constituída por meio de um mecanismo que consome todos que nela se encontram, assim funcionando como uma potência imersa nas consciências. Nessa estrutura, as consciências passam a ser domesticadas, pelo fato de serem hospedeiras de

ideias. A necessidade da domesticação é, para Freire, um dos instrumentos utilizados para que os oprimidos não desenvolvam uma consciência crítica em relação a realidade opressora.

Por fim, o autor identifica uma “consciência colonizada” nos oprimidos. Essa consciência produz sentimentos antagônicos; o primeiro é uma “atração” apaixonada, uma vez que esses hospedam uma parte do seu opressor. Porém, ao mesmo tempo carregam uma repulsa por ele, visto que se impõe uma “*cultura do silêncio*”, na qual por meio de preconceitos e criminalização por parte do seu antagonista, os fazem negar todo o seu modo de viver – fruto de uma ação histórica e social.

1.3 Superação do problema

Darcy Ribeiro e Paulo Freire buscam fazer análises da realidade de maneira distinta. Enquanto o primeiro se encontra estritamente preocupado com uma teoria relacionada ao Brasil, o segundo se propõe fazer a leitura das relações desiguais entre os homens. Por este motivo, e ao observar as preocupações dos dois autores, se torna latente que Ribeiro atribui os problemas sociais à uma estrutura social, ao mesmo tempo que Freire enxerga os problemas nas relações entre oprimido e opressor – que também se encontram vinculados a uma estrutura social.

Como resultado desse distanciamento teórico relacionado a perspectiva e interesses por parte dos autores, deve-se levar em consideração que as concepções do marginal presente em Ribeiro e do oprimido presente em Freire se aproximam em virtude de serem concebidas a partir da negação. No caso de Ribeiro, a negação se desenvolve relacionada a direitos, e na razão Freireana essa negação se encontra vinculada a impossibilidade da existência do homem em sua plenitude.

Já o afastamento entre os autores pode ser considerado uma consequência da diferença nas escalas analítica, uma vez que Ribeiro coloca na sua leitura elementos da economia, política e teorias sociais. Já Freire carrega a preocupação existencial com os homens. Por isso, ocorrem as divergências em torno do problema e os dois autores propõem soluções distintas, mas que por ora se aproximam.

1.3.1 Integração e desenvolvimento

Embora Darcy Ribeiro apresente críticas a situação nacional, em sua análise relacionada ao processo histórico-social brasileiro identifica governos que se propuseram a transformar essa realidade como: Getúlio Vargas e João Goulart. Para o autor, os dois governantes buscaram desenvolver políticas voltadas para o interesse nacional e populares, se colocando contra aos interesses imperialistas capitaneados pelos Estados Unidos e as potências europeias. Por esse motivo faz apontamentos como a retomada dos debates, projetos e caráter pospostos nesses governos.

Além disso, existem formulações próprias por parte de Ribeiro. As concepções podem ser vistas no livro *“O Brasil como Problema”*. O trabalho se propõe a apresentar as críticas e algumas das incipientes formulações em relação a superação dos problemas enfrentados pela sociedade brasileira. Logo, em uma das primeiras páginas do livro, Ribeiro afirma que é de responsabilidade dos dirigentes brasileiros começarem a formulação de um projeto nacional, tendo como finalidade a integração da sociedade brasileira a civilização pós-industrial e o rompimento com a dependência orquestrada no passado. Entretanto, o autor coloca que os interesses nacionais precisam estar comprometidos com o desenvolvimento social. Ou seja, precisam estar concatenados com os interesses das classes populares e dos historicamente marginalizados.

A via da modernização reflexa pelo desenvolvimento dependente só nos faria fracassar na civilização emergente, tal fracassamos ao nos integrarmos, por esse mesmo caminho, à civilização industrial. Nós, e só nós, brasileiros, podemos definir esse projeto do Brasil que queremos ser. Não será, obviamente, o Brasil desejado pela minoria próspera que está contentíssima como o Brasil tal qual é, e que só quer mais do que já tem. Mas o Brasil dos explorados e oprimidos que o modelo econômico vigente já levou à níveis incompreensíveis de miséria e desespero. (RIBEIRO, 2015, p. 50).

Ribeiro acreditava que só havia duas formas de evolução, uma se desenvolveria de maneira vantajosa para o povo brasileiro e a outra de forma subalterna e altamente espoliativa. A primeira, defendida por ele, seria uma aceleração evolutiva, correspondendo ao movimento de todo mundo que tem a intenção de se incorporar ao processo civilizatório do mundo desenvolvido. Esse movimento permitiria o domínio autônomo das tecnologias em que as civilizações modernas se assentam e conseqüentemente, o Brasil teria comandando e destino próprio.

A segunda via seria uma atualização histórica do passado – enquanto colônia dependente – tornando o Brasil e a sua gente apêndices dos polos metropolitanos e

desenvolvidos. Na condição de povos dependentes e subalternos, sua principal função econômica seria a contribuição para o próprio fracasso. Essa relação dependente ainda persiste, visto que em seu entendimento a população brasileira seguia exercendo a função de proletário externo em uma economia mundial, sob hegemonia das nações desenvolvidas.

O autor exemplifica o primeiro modelo utilizando os modelos de desenvolvimento reproduzidos pelo Estados Unidos e pelo Japão. A revolução industrial promovida pelas duas nações possibilitou as suas autonomias na nova civilização mundial. Como apontado, o Brasil seguiu o caminho contrário, foi recolonizado em consequência do seu atraso tecnológico e social, se tornando subserviente aos interesses dos senhores do mundo.

Como meros consumidores dos frutos da civilização industrial, começamos comprando caldeiras e locomotivas a vapor, depois vieram os motores elétricos, os caminhões e automóveis movidos a petróleo e, mais tarde, todos os produtos industriais que a eles se seguiram, para nos fazermos mais eficazes no papel antigo de produtores de insumos não industriais para o mercado mundial. Em consequência, nos endividamos e caímos numa situação de dependência semelhante à dos índios de 1500, quando eles se habituaram aos instrumentos de metal, espelinhos e miçangas que não podiam produzir. (RIBEIRO, 2015, p. 56)

Na visão do autor, o Brasil é um país que possui toda a capacidade de se desenvolver, tanto por conta da sua terra, quanto do seu povo integrado e homogêneo na língua e culturalmente pacífico – visto que não disputa as fronteiras continentais – não constituindo barreiras étnicas nem intenções nacionalistas de dominação. Entretanto, para tal desenvolvimento, é necessário o domínio do saber e da tecnologia.

Além disso, rever a dívida externa brasileira, uma vez na concepção de Ribeiro é duvidosa e não permite o desenvolvimento nacional. Assim, esses fatores são essenciais para o povo brasileiro se tornar governante do próprio destino, como uma nação livre, soberana, avançada, progressista e próspera, tornando o seu povo produtor do próprio país e não mais um proletário externo.

Contudo, Ribeiro não faz a defesa de um isolamento brasileiro, pois ele acredita que uma atitude drástica desse jeito resultaria em um profundo retrocesso social e econômico. Por outro lado, deve ser colocado que o país é uma nação com dimensões continentais e com condições de produção singular, isto é, tem o dever e a necessidade de dominar as técnicas fundamentais para promover o seu desenvolvimento de forma autônoma. Além de conquistar a condição de sociedade e economia autônoma, baseada em relações interdependentes com o mercado mundial (RIBEIRO, 2015).

É importante colocar que, para a execução do desenvolvimento independente e genuinamente brasileiro, Darcy Ribeiro acreditava que seriam necessários dois pilares fundamentais. O primeiro é por meio de um governo formado por pessoas comprometidas com

o país intelectualmente e ideologicamente. O segundo pilar seria por meio de uma política e defesa intransigente da educação pública brasileira.

Embora o autor faça apontamentos teóricos referentes a realidade brasileira, deve-se expor que o mesmo participou de distintos governos – no Brasil com o presidente João Goulart – e em outros países latino-americanos. Durante o governo de Goulart, Ribeiro assumiu as cadeiras de Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil. A crença no desenvolvimento do país com o auxílio de intelectuais comprometidos com a causa nacional vem dessa experiência política.

Como político, acreditava estar envolvido em um governo que possuía grandes qualidades, em razão de participar de uma gestão governamental que contava com competentes personalidades que existiam na sociedade brasileira como; Celso Furtado, San Tiago Dantas, Hermes Limas e outros (RIBEIRO, 2010a). Além de outras figuras que não participaram, como o intelectual Josué de Castro – que na sua visão poderia mudar a realidade brasileira em consequência da sua inteligência. Essa composição de “*notáveis*” é um dos elementos que constitui a crença de Ribeiro em Jango em conjunto com Vargas, de que estavam servindo de alicerces para uma revolução social voltada para os interesses dos mais pobres.

A defesa da educação é algo presente em Ribeiro desde quando o mesmo conheceu o educador Anísio Teixeira. Os dois juntos buscaram desenvolver projetos ligados a educação, como a criação da Universidade de Brasília e a organização de projetos no Ministério da Educação. Além disso, juntos fizeram campanhas em prol da educação gratuita e de qualidade, visto que havia um movimento capitaneado por Carlos Lacerda à favor do ensino privado (RIBEIRO, 2010b).

O que se debatia, em essência, era, por um lado, o caráter da educação popular que se devia dar e, por outro lado, como destinar ao ensino popular os escassos recursos públicos disponíveis para a educação. Não nos opusemos jamais à liberdade de ensino no sentido do direito, de quem quer que seja, a criar qualquer tipo de escola a suas expensas, para dar educação do colorido ideológico que deseja. Nos opúnhamos, isso sim, em nome dessa liberdade, a que o privatismo se apropriasse, como se apropriou, dos recursos públicos para subsidiar escolas confessionais ou meramente lucrativas. (RIBEIRO, 2010, p. 89)

Desse modo, o que se torna evidente na concepção de Ribeiro para a superação dos problemas sociais e econômicos brasileiro, é o entusiasmo com a participação de grandes pensadores comprometidos com a causa nacional em cargos governamentais e a formulação de grandes projetos educacionais que integre a população. São esses para o autor alicerces fundamentais para a superação do subdesenvolvimento do país.

1.3.2 Libertação e participação

Conforme ressaltado por Freire, as relações entre os homens se desenvolvem em uma dualidade: oprimido e opressor. Por meio desta reflexão, o autor busca fazer apontamentos para a superação dessa dupla realidade, na qual se encontram os antagônicos. O diálogo é visto como uma questão central para sobrepujar as diferenças entre os que querem *ter mais* e os que *nada tem*. Ou seja, opressores e oprimidos.

Por esse motivo, a palavra se torna fundamental para essa superação. Contudo, não se trata de uma palavra inautêntica, uma vez que a falta de intencionalidade em mudar o mundo e a realidade resultaria na conservação da ordem que consolida essa dualidade entre os homens. O esvaziamento da palavra também não permite a *denúncia* de um mundo desigual, em razão da sua falta de compromisso com a realidade:

Assim é que, esgotada a palavra da sua dimensão da ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, a reflexão também se transforma em palavreria, verbalismo, blá-blá-blá. Por tudo isto, alienada e alienante. (FREIRE, 2017, p. 108)

Por este motivo, o autor explicita a necessidade da palavra carregada de verdade e quando proferida que conduza na sua intenção a transformação do mundo. A posse da palavra não pode ser vista apenas como privilégio alguns homens, mas também enquanto instrumento de manifestação de todos. Freire coloca que, por essa razão, ninguém carrega a verdade de maneira solitária ou deve dizer aos outros de forma prescritiva que impõe a sua razão em prol do furto da fala do outro.

Por conseguinte, a existência humana não pode ser silenciada, visto que não é no silêncio que os homens se traduzem e se fazem, nem mesmo se alimentam por falsidades. Mas deve-se ter como intenção transformar o mundo dos homens, por meio das palavras e do trabalho. Além disso, existir em prol dessa mudança é *pronunciar* ao mundo o desejo de transformar a realidade. Logo, o diálogo é colocado pelo autor como uma exigência existencial, visto que permite o encontro dos homens pelo mundo, para expressá-lo.

Nesse sentido, o diálogo aparece na formulação Freireana também como parte de um profundo amor ao mundo dos homens. É somente no diálogo, pois o mesmo não se estabelece na forma de dominação, mas de reciprocidade. Ao mesmo tempo em que se propõe ser o oposto do sadismo, já denunciado por Freire como um dos elementos da dominação. O amor se torna um ato de coragem e de compromisso entre os homens, nos casos dos oprimidos é a garantia do empenho de todos os homens com a sua causa, na qual consiste em construir instrumentos e situações para a sua libertação. É um compromisso de amor, portanto, dialógico.

Por isso, quando Freire fala em superação da dualidade por meio do diálogo, o mesmo se refere a restauração do amor que se encontrava proibido entre os homens. Simultaneamente, esse diálogo não se estabelece sem a humildade entre os indivíduos. A *pronúncia* do mundo se torna um ato de criação e recriação permanente, o que, por consequência, não pode ser um ato arrogante.

Diante das colocações de Freire, nenhum indivíduo é detentor do saber ou da razão plena. A autossuficiência intelectual e política se torna incompatível com a proposta dialógica Freireana. Assim, os homens que não são humildes em ouvir o povo ou perderam a sua humanidade, não tem condições de se aproximar e romper com a dualidade presente entre oprimidos e opressores. A fé no povo também passa a ser um elemento fundamental, pois para ele, o homem que se propõe ao diálogo possui fé nos outros homens antes de encontra-los.

O homem dialógico, que é crítico, sabe que, se o poder de fazer, de criar, de transformar, é um poder dos homens, sabe também que podem eles, em situação concreta, alienados, ter este poder prejudicado. Esta possibilidade, porém, em lugar de matar no homem dialógico a sua fé nos homens, aparece a ele, pelo contrário, como um desafio ao qual tem de responder. Está convencido de que este poder de fazer e transformar, mesmo que negado em situações concretas, tende a renascer. Pode renascer. Pode constituir-se. Não gratuitamente, mas na e pela luta por sua libertação. Com a instalação do trabalho não mais escravo, mas livre, que dá a alegria de viver (FREIRE, 2017, p. 113)

Portanto, sem a fé nos homens, qualquer diálogo é consequência de uma farsa ou manipulação com caráter paternalista. Se torna necessária na concepção Freireana o aprofundamento do homem no amor, na humildade e na fé. De maneira, em que a fé se estabeleça e de desenvolva uma relação horizontal, na qual a confiança se torne um polo convergente entre eles. A confiança, nesse sentido, aproxima os sujeitos fortalecendo-os na *pronúncia* e no testemunho em que eles proferem ao mundo a necessidade da sua transformação.

Assim, o papel do intelectual ou do revolucionário é absorver e compreender as informações colocadas pelo povo e devolver de maneira organizada e sistematizada, o que lhe foi entregue de forma confusa. Com isso, esse organizador levará em consideração a situação concreta e existencial desse povo. Por isso, o diálogo entre os homens é visto como uma prática da liberdade.

Em consequência das suas crenças, Freire enxerga negativamente as lideranças revolucionárias que atuam sobre os homens e não com eles – por mais que tenham como propósito a transformação da realidade. Para ele, esses líderes também reproduzem a doutrinação e a adaptação do homem a realidade opressora que devem combater. Muitos

partidos ditos revolucionários são vistos dessa maneira pelo autor, uma vez que, na intenção de ter a adesão do povo, muitas lideranças acabam somente depositando ideias.

Aqueles que se comprometem autenticamente com o povo é indispensavelmente que se revejam constantemente. Esta adesão é de tal forma radical que não permite a que a faz comportamentos ambíguos. Fazer esta adesão e considerar-se proprietário do saber revolucionário, que deve, desta maneira, ser doado ou imposto ao povo, é manter-se como era antes. Dizer-se comprometido com a libertação e não ser capaz de *comungar* com o povo, a quem continua considerando absolutamente ignorante, é um doloroso equívoco. Aproximar-se dele, mas sentir, a cada passo, a cada dúvida, a cada expressão sua, uma espécie de susto, e pretender impor o seu *status*, é manter-se nostálgico de sua origem. Daí que esta passagem deva ter o sentido profundo de renascer. Os que possam têm de assumir uma forma nova de *estar sendo*; já não podem atuar como atuavam; já não podem permanecer como *estavam sendo*. (FREIRE, 2017, p. 67)

Desse modo, a relação construída na verticalização e a falta de diálogo, não resulta na libertação dos oprimidos, mas na sua domesticação. Colocar como horizonte a libertação do povo sem a sua participação é, segundo Freire, cair em um engodo *populista*, depositário, dirigista e ao mesmo tempo transforma-lo em massa de manobra (FREIRE, 2017). Além disso, existem a necessidade da superação de preconceitos naturais nessas lideranças para que não reproduzam as práticas do opressor.

Revolucionários ou intelectuais precisam ter como interesse a emancipação do povo e não a sua conquista. Assim, não podendo esquecer que o seu objetivo fundamental e político é a libertação e a reocupação da humanidade roubada. Por meio do diálogo, as lideranças devem se dirigir ao povo, não necessitando a imposição das suas visões ou falar sobre elas, mas dialogar sobre as ambas as compreensões presentes na relação entre povo e revolucionário, de maneira que possibilite um programa de ação formulado pelos dois lados. Para isso, é necessário o convencimento da existência de manifestação de diferentes formas, linguagens, expressões e visões de mundo que reflete na ação que constitui o mesmo.

Como apontado, a luta dos oprimidos deve se constituir na recuperação da sua humanidade, na qual seja criada por eles e tenha como propósito o rompimento com os ideários presentes no opressor, para que não se tornem os seus próprios algozes. É necessário que a luta se construa na solidariedade entre os homens e com outros povos. Ninguém tem o poder de libertar ninguém, mas coletivamente podem constituir a liberdade e solidariedade. Por fim, o autor coloca que a libertação é um parto doloroso, mas desse parto, nasce um homem novo, responsável pela superação da contradição opressores e oprimidos, a fim de promover a libertação de todos.

1.4 Aproximações e afastamentos

Apesar dos dois autores partirem de pressupostos distintos sobre a realidade, o que pode ser visto entre ambos é a preocupação com a dominação e opressão; um tendo como base uma concepção de nação e outro olhando para as relações humanas. Nesse sentido, pode-se observar que Ribeiro compreende o problema brasileiro na formação do Brasil relacionando economia, sociedade e política. Já Freire observa a presença do problema na relação entre os homens, ao mesmo tempo que a sua obra não se compromete traduzir estritamente a realidade brasileira.

Entretanto é importante colocar que os dois procuram situar as suas compreensões vinculadas a superação do terceiro mundo levando em consideração as imposições em decorrência da colonização e a repulsa de uma classe dominante ao povo. Nesse sentido, Darcy Ribeiro e Paulo Freire observam os países do terceiro mundo como dependentes e explicitam em suas análises a necessidade de superação dessa condição; Ribeiro propondo a integração a nova civilização mundial e o desenvolvimento e Freire a libertação do homem por meio do diálogo e participação.

Essas compreensões implicaram até mesmo nas formas em que as duas figuras se organizaram politicamente. O primeiro movimento dessas compreensões pode ser visto nas interpretações relacionadas a política brasileira antes do Golpe Militar de 1964, na qual ambos expõem opiniões distintas, mas que convergem com as seus diagnósticos e prognósticos sobre a realidade. Essas diferenças podem ser vistas por meio de entrevistas, na qual os dois autores são interpelados sobre esse período.

Darcy Ribeiro, quando perguntando sobre o seu papel na política antes de regime militar e a importância de um partido político, respondeu:

Nós tentamos passar o Brasil a limpo. Nós não estamos à altura de uma tarefa tão grande, mas nós fizemos a tentativa mais responsável, mais profunda. De passar esse país a limpo e pro povão. A lei que estava antes é a lei que está aí, é a lei dos donos da vida. É a lei dos poderosos. É a lei da gente bonita como nós. Eu queria uma outra lei, da gente feia, da gente que não temo que comer, da gente que espera (...) na medida que eu puder fazer um esforço para que essa experiência fosse vivida novamente, eu faria. Eu te digo, estou fazendo. E desejo muito que o Brasil retome o comando de si mesmo para que outra vez surja outro poder tão impuro quanto aquele que participei. Tão cheio de defeitos. Um partido como o PTB tão mal falado, mas tão melhor que todos os partidos que existiram antes. Tão mais ligado ao povo e comprometido com o assalariado e com a gente que tem dificuldade de viver. Eu tenho muito orgulho disso e gostaria de reviver aquela experiência. (RIBEIRO, 1979)²

² Entrevista concedida ao programa Abertura em 11 de março de 1979.

Diferentemente de Ribeiro, Paulo Freire não havia experimentado da política partidária. Embora tivesse tido grande notabilidade por seus trabalhos ligados à área da educação antes de 1964, o primeiro engajamento partidário oficial por parte do educador foi na construção do PT (Partido dos Trabalhadores), se tornando ainda em seu exílio político membro-fundador da organização.

Era a primeira vez que me filiava a um partido, com ficha, nome e endereço. Tudo certo. Tudo legal. É que, pela primeira vez, na história política desse país, um partido nascia de baixo para cima. O Partido dos Trabalhadores nascia não recusando os chamados intelectuais por serem intelectuais, mas elitistas e autoritários que se arvoram em donos da verdade da classe trabalhadora e da revolução. E como jamais aceitei esse tipo de intelectual arrogante, me senti à vontade, desde o princípio, como militante modesto do PT (FREIRE, 1991, p. 62)

Embora os dois intelectuais tenham em suas perspectivas políticas os interesses na vida da população mais pobre e trabalhadora, nos fragmentos expostos é possível detectar as diferentes concepções de partido em ambos. Darcy Ribeiro ainda possuía um profundo sentimento ligado à sua experiência passada, acreditando que a excepcional função de um partido político é transformar a vida população mais pobre. É importante destacar que uma das grandes satisfações de Ribeiro foi a participação em um governo marcado – como ele considerava – grandes pensadores. Essa transformação só seria possível por meio da pontuação dos interesses nacionais no centro do debate político. Também tendo a necessidade de uma política civilizatória e de desenvolvimento, com a educação sendo a propulsora dessa transformação³.

Já Paulo Freire possuía uma visão de organização política que se aproximava com as suas propostas. Além de considerar que a classe trabalhadora deveria ser a legítima representante e porta voz dos seus interesses, o autor critica a forma pontual de participação presente em outros partidos como; a simples colaboração de setores populares por meio de mutirões de limpeza ou reparos.

Desse modo, existia a crença por parte de Freire que a função da organização política é tornar os trabalhadores presentes na história e não simplesmente nela representados. Isso implica na participação das classes populares por meio de suas representações ao nível das decisões e opções, não apenas executando o que já foi escrito ou programado.

Embora essas articulações se encontram nos pensadores em *particular*, os seus enunciados expostos são consequência das suas visões. Darcy Ribeiro afirma ter como principal finalidade o compromisso com a coisa pública. Paulo Freire enunciava o comprometimento

³ Ler Ribeiro, Darcy. *O Brasil como problema*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2016.

com a construção de novo modelo participativo, articulando o seu pensamento com a sua visão política partidária.

Essa divergência pode ser observada nas interpretações de Ribeiro e Freire em referência às suas experiências no Brasil democrático antes do regime militar. É possível encontrar pistas que correspondem às suas discordâncias em relação à ideia de democracia e participação. Em suas reflexões sobre o passado democrático, Freire corrobora com a sua afirmação em torno da questão depositária. A afirmação pode ser vista em sua declaração quando perguntado sobre a sua atuação como educador antes do regime militar.

Vivíamos a experiência populista do governo João Goulart. Mas também vivíamos um momento de profunda inquietação, de curiosidade, de presença popular nas ruas, nas praças. O modelo populista vivia a sua ambiguidade fundamental. De um lado, estimulando a presença das classes populares, mesmo manipuladas, sem as quais não existiriam. (FREIRE, 1991, p. 31)

Apesar de não existir uma massa revolucionária na visão do autor, esses modelos de governo *populistas* exercidos por Vargas e seus herdeiros buscavam controlar a vontade política das maiorias no período. Além disso, o regime possuía dois adversários; a esquerda organizada pelo PCB e a direita dirigida pela UDN (Unidade Democrática Nacional) e também por setores ligados às forças militares.

A esquerda era vista como adversária, pois tinha como interesses agitar as massas populares na sociedade civil contra o governo. Já a direita se constituía diante da insatisfação dessa agitação dos setores populares, assim podendo impor um regime que acabasse com a festa (FREIRE, 1991). O que deve também ser considerado é a presença direta de Freire nesse período, visto que o teórico participou do governo de João Goulart por meio da coordenação de projetos educacionais em conjunto ao Ministério da Educação.

Por esse motivo, Ribeiro era detentor de uma opinião contrária à de Freire. Como já foi dito, para ele Vargas e Jango estavam servindo como base para uma revolução social vinculada aos interesses dos mais pobres. O teórico enxergava a aplicação do conceito de *populismo* aos dois ex-presidentes de forma pejorativa e tendo por trás interesses políticos que não dialogava com a realidade e práticas políticas dessas figuras.

Os inocentes costumam caracterizar Getúlio e Jango como populistas, conceito correspondente aos que fizeram carreiras demagógicas, tudo prometendo ao povo para, montados no poder, servir às classes dominantes. É o caso, no Brasil, de Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Jamais o de Getúlio e Jango, ambos desapeados do poder pelos setores mais conservadores e reacionários, precisamente por que não eram populistas, mas temidos pela reação por sua postura oposta. Tinha pavor do pendor reformista de ambos, que ameaça comprometer a velha estrutura oligárquica de poder, assentada no latifúndio e na submissão dos interesses estrangeiros (RIBEIRO, 2010, p. 52)

Deve-se considerar que além de compreenderem o passado de formas diferentes, essas formulações estão alinhadas com os pensamentos. Ribeiro acreditava no empenho de um governo e até mesmo de uma *elite* para o desenvolvimento e o atraso nacional brasileiro. Freire, por sua vez, confiava na emancipação do homem oprimido como forma da libertação de todos os homens.

Embora os dois autores estivessem inseridos em correntes filosóficas distintas, ambos se encontravam a uma tradição crítica. Ribeiro tinha como problema central a superação da dependência e do atraso social brasileiro promovido pela marginalização de grande parte dos brasileiros. Ao mesmo passo, Freire colocava no centro das suas análises a opressão sofrida pela maioria dos homens e decorrência dos privilégios de outros, além da passividade e a impossibilidade de participação.

Desse modo, como colocado por Josué Pereira da Silva (2017) em “*O que é crítico na sociologia crítica*”, os dois autores estão vinculados a um sentido político-normativo, visto que apontam para algum horizonte além da sociedade existente (PEREIRA DA SILVA, 2017). O autor coloca que na teoria crítica e prática não podem ser separados, algo presente nas concepções dos dois autores. Além disso, existe uma aproximação com Domingues (2011), visto que tem a intenção da superação da situação social imposta.

Entretanto, existe uma diferença entre Ribeiro e Freire, a reflexão do primeiro não busca se estabelecer como uma teoria geral, posto que está relacionada a uma compreensão particular sobre Brasil. Já o segundo carrega a ideia de uma totalidade, capaz de interpretar diferentes realidade sociais.

Cabe ressaltar também que os dois autores buscaram produzir teorias que descrevessem as realidades enxergadas por eles e que resultassem na superação do problema observado. Nesse sentido, ao propor a civilização por meio do desenvolvimento e integração conduzidos por um grupo de esclarecidos, Ribeiro se aproxima da concepção de práxis presente em Marx. Já Freire, ao colocar a libertação por meio da participação das vítimas da opressão, se aproxima do pensamento Gramsciano, uma vez que rejeita uma razão iluminista e adere a uma práxis auto libertadora tendo como finalidade a tomada de consciência dessas vítimas.

Diante das reflexões presentes nos autores, este trabalho busca compreender como tais ideias influenciaram nas organizações políticas em que os dois autores participaram. Por essa razão, o próximo capítulo vai realizar a leitura das formações de seus respectivos partidos políticos durante a redemocratização e como essas organizações correspondiam com as suas visões de mundo.

2 PDT E PT: O TRADICIONAL E O MODERNO NA POLÍTICA NACIONAL

A década de 1980 é historicamente marcada pela redemocratização e pela luta política presente na sociedade civil contra a Ditadura Militar de 1964. Em meio ao processo de redemocratização, conceitos como: “*modernos*” e “*tradicionais*”, “*novos*” e “*antigos*”, “*populistas*” e “*autênticos*” passaram a ser confrontados e debatidos na esfera política e intelectual brasileira. Para compreender esses conflitos é necessário reduzir a análise em torno deste debate, nos centrado prioritariamente no campo político historicamente reconhecido como a esquerda no Brasil.

A relação estabelecida entre os conceitos citados se desenvolve no tempo. Com políticos do passado e as “novas” organizações políticas que emergiram no momento histórico em debate. Assim, as ideias políticas do passado e do presente, se estabelecem em conflito, mas ao mesmo se propondo a produzir diferentes concepções e interpretações da realidade brasileira, tendo como finalidade pautar os rumos do país por meio das suas compreensões.

A preocupação deste capítulo se encontra vinculada à emergência de dois partidos de esquerda durante a redemocratização e o papel de Darcy Ribeiro e Paulo Freire nesses processos. Para tal, é necessário fazer uma breve comparação de dois partidos políticos específicos: *Partido Democrático Trabalhista* (PDT) e o *Partido dos Trabalhadores* (PT). Ambas as organizações estão ligadas a esquerda brasileira, porém, possuem origens históricas e formulações políticas distintas. A principal motivação para a comparação relacionada as duas organizações são referentes as afiliações partidárias de Darcy Ribeiro e Paulo Freire, além de como as ideias dos dois autores permearam as propostas de construção políticas presentes nos dois partidos.

Conforme já colocado no capítulo anterior, Freire foi um dos membros fundadores do PT, em consequência das suas compreensões políticas do *passado* e as suas soluções para a libertação do homem. Já Ribeiro, em conjunto com Leonel Brizola e outras trabalhistas, buscou fundar o PDT, organização a qual o intelectual acreditava estar alinhada com as suas compreensões e crenças.

Em consequência disso, é importante colocar que o PDT tem as suas ideias frutificadas no processo político e histórico experimentando antes da ascensão dos militares ao poder. Eram trabalhistas, resultado das práticas políticas de Getúlio Vargas e do antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Já o PT, enquanto organização, tem as suas ideias desenvolvidas durante a própria

ditadura militar brasileira, por meio da experiência presente e em formulações que contestavam a experiência política brasileira antes de 1964.

Nesse sentido, pode ser vista a aproximação dos partidos com as interpretações dos intelectuais em relação a sociedade política antes da ascensão dos militares ao poder. Ribeiro era um entusiasta da experiência trabalhista capitaneada por Vargas e João Goulart. Já Freire considerava o período trabalhista como uma expressão *populista*, na qual não se estabelecia uma relação de diálogo pleno entre as vontades do povo e as atividades exercidas pelos políticos. Para a realização desta reflexão, analisamos os objetivos e projetos dos dois partidos, produzidos entre 1979 e 1981, momento em que ambos publicam seus manifestos e explicitam, particularmente, seus ideais relacionados ao papel da educação no país.

É importante destacar que diferentemente da construção histórica do PT – que possui uma considerável literatura sobre o assunto – a formação do PDT não conta com uma diversidade bibliográfica similar. Daí deriva a necessidade de uma breve reconstituição histórica do surgimento do partido com o auxílio essencialmente de fontes primárias como seu texto de fundação, documentos e entrevistas correspondentes as ideias e fundação do partido.

2.1 O Partido Democrático Trabalhista: o velho no novo tempo

O processo de redemocratização e a lei da anistia aprovada pelo Congresso Federal em 1979 são os símbolos do aprofundamento da contradição entre os distintos interesses que marcavam a oposição e o regime militar. Ao mesmo tempo, essa distensão possibilitou a emergência de “novos” e o retorno de “velhos” atores políticos. Figuras tradicionalmente ligada à prática política, como Leonel de Moura Brizola e Miguel Arraes, que voltaram ao país após o exílio forçado por conta da implantação da ditadura militar (FERREIRA, 2012).

Com a presença de *novas* e *velhas* lideranças, a política abriu espaço para outras propostas e compreensão, além da necessidade de revisão do modelo organizativo das forças políticas estabelecida em consequência do regime militar. Por isso, deve-se colocar que com a implementação do AI-2 em 1965 passou a existir apenas dois partidos políticos: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

A reabertura para a afirmação de um processo democrático, permitiu que *antigas* ideias fossem resgatadas na esfera política brasileira. Assim, Brizola em conjunto com Darcy Ribeiro e outros trabalhistas, se propôs a retomar os seus laços com o passado, na intenção de ter

capacidade de apresentar soluções políticas e sociais para as dificuldades que vivia grande parte da população brasileira.

Deve-se recapitular que antes do exílio político, Brizola, assim como Ribeiro, era um dos principais aliados do presidente deposto pelos militares, João Goulart. Também era membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que possuía ligações vitais com o ex-presidente Getúlio Vargas. Para Américo Freire, esse passado político experimentado por Brizola e a sobrevivência ao exílio – diferente de Jango que morreu – mistificava a sua volta como o herdeiro legítimo do trabalhismo (FERREIRA, 2012).

Durante o período da redemocratização, muitos opositores sugeriram que todas as lideranças contrárias a ditadura se reunissem em uma mesma sigla partidária, o MDB. Contudo, o trabalhista não aceitou essa proposta. Na verdade, Leonel Brizola, tinha o objetivo de reorganizar o seu antigo partido, o PTB. Keck, em *PT- A lógica da diferença*, coloca que antes mesmo do seu retorno ao Brasil, ele já articulava com outros trabalhistas a reorganização de um núcleo para a refundação da *tradicional* organização política.

Apoiado pela social democracia alemã, Brizola e outros interessados na reorganização do PTB insistiam em que o trabalhismo tinha uma identidade independente do populismo com o qual por muito tempo o partido fora identificado e combinava uma ideologia nacionalista com ênfase dada à justiça social. Brizola procurava construir uma aliança nacionalista, progressista e pluriclassista, afirmando que a classe operária tinha uma organização muito débil para ser capaz de mostrar importante (...) Brizola pensava que o peso histórico do nome PTB ajudaria a atrair seus setores históricos. (Keck, 2010, p. 90)

Este fato também pode ser notado na *Carta de Lisboa*. Por sinal, esse documento que descreve e possibilita uma visão mais extensa sobre o processo de retomada do trabalhismo brasileiro. O escrito foi consequência do encontro em Portugal da liderança política portuguesa Mario Soares, Leonel Brizola e outros trabalhistas, uns exilados e outros que viviam no Brasil.

Reconhecendo que é urgente a tarefa de libertação do nosso povo, nós, brasileiros que optamos por uma solução trabalhista, nos encontramos em Lisboa. E se o fizemos fora do País, é porque o exílio arbitrário e desumano impediu este Encontro no lugar mais adequado: a Pátria brasileira. A tarefa de organizar com nosso povo um Partido verdadeiramente nacional, popular e democrático é cada vez mais premente. (Carta de Lisboa, 1979, p. 1)

No documento político, os trabalhistas retomam e reescrevem as bandeiras presentes em seus governos passados. Justificam a pausa das suas ideias e práticas políticas que caracterizavam como renovadoras, em consequência da ascensão dos militares, que foram apoiados por setores da classe dominantes em parceria com o imperialismo Estado-Unidense. Em razão de não conseguirem vencê-los por meio do voto popular. Mas também, ao mesmo tempo, olhavam para os acontecimentos no Brasil e se solidarizavam com a luta exercida à favor dos trabalhadores brasileiros contra a ditadura militar.

Ademais, fizeram críticas as forças políticas opositoras que permaneceram no país, por conta das recorrentes crenças na luta pela democracia por meio do sistema judiciário. Essas críticas possuíam dois direcionamentos: O primeiro direcionamento era aos atores políticos permanentes. Na leitura dos trabalhistas, esses não lutavam por uma mudança imediata, pois não compartilhavam do sofrimento da população, uma vez que viviam sob privilégios. O segundo era contra a crença desses mesmos atores na providência do sistema judiciário vigente durante a ditadura.

Os trabalhistas também compartilhavam da ideia do surgimento de um fato “novo”. O acontecimento foi a emergência do povo trabalhador na vida política do país, não se amedrontando depois dos 15 anos de ditadura e se organizando das mais variadas formas – em sindicatos, favelas, associações de moradores e profissionais – com o objetivo de lutar por seus direitos e pela democracia. Entretanto, o documento destacava que não havia a possibilidade de organização dos trabalhadores sem a presença de um partido político, assim como nenhum governo poderia se sustentar sem apoio popular. Diante dessa reflexão eles afirmaram:

Nós, trabalhistas, assumimos a responsabilidade desta convocatória, porque acreditamos que só através de um amplo debate, com a participação de todos, poderemos encontrar nosso caminho para a construção no Brasil de uma sociedade socialista, fraterna e solidária, em Democracia e em Liberdade. (Carta de Lisboa, 1979, p.1)

Assim, os herdeiros do Vargasismo dispuseram-se a representar o povo brasileiro na esfera política institucional, onde lutariam em todas frentes, em virtude do seu projeto ter caráter pluralista. A legitimidade encontrada pelo grupo, se dava no processo histórico brasileiro, pois alegavam que participaram ao lado do povo de todas as suas lutas e ao mesmo tempo eram correligionários da democracia.

Por essa substância democrática, se colocavam favoráveis ao debate com todas as forças populares e também das novas organizações políticas que surgiram mediante ao conflito com setores e interesses do regime militar. Além disso, se colocavam contra todas formas de censura com intuito de possibilitar as liberdades; intelectual, cultural, de expressão e midiática. Contudo, é nítido no documento que os trabalhistas tinham a compreensão das críticas produzidas em torno do Estado pré-64. Isso se notabiliza quando afirmam: “não pretendemos absorver ou manipular os sindicatos ou as organizações populares das mais diversas origens.”

Em vista disso, o primeiro objetivo dos trabalhistas era reconduzir o Brasil a um regime democrático, de forma que o poder emanasse do povo e por ele fosse regulamentado periodicamente, onde qualquer brasileiro maior de idade pudesse ter o direito de eleger alguém e se candidatar para assumir a tarefa de representar a população. O segundo era a retomada das

bandeiras do tradicional trabalhismo, a fim de reestabelecer a liberdade sindical e o direito a greve.

Além disso, reivindicavam anistia geral para todos que lutaram contra ditadura, o retorno à normalidade democrática, a salvação de crianças abandonadas e famintas, justiça aos negros e índios, atenção mais séria as reivindicações das mulheres e o apoio ao povo trabalhador do norte e nordeste. Com exceção das bandeiras políticas presentes antes do golpe, as quais classificavam de tentativas generosas de empreender legalmente a libertação do brasileiro.

Esse “*novo*” trabalhismo seria discutido e formulado em conjunto com o povo e em solo brasileiro, levando em consideração a necessidade de um partido que expressasse os anseios e os interesses das classes populares. Deste modo, o novo PTB teria como função política abarcar oprimidos e marginalizados. Porém, essa nova concepção relacionada ao passado, por ter a característica de novo, não pensava o trabalhismo “essencialmente” Varguista, mas que se adequasse a nova realidade política brasileira.

Esse novo conceito, assim como o Varguista, tinha como ideia a aceitação da propriedade privada, desde que seu uso estivesse vinculado ao bem-estar social, além da defesa da intervenção do Estado na economia, mas com poder normativo. Ao mesmo tempo, apresentava como horizonte político o socialismo⁴.

Carlos Araújo aponta que Brizola acreditava no estabelecimento da sociedade democrática para a viabilização do seu projeto político. Para ele, a democracia seria a válvula de escape para a aceitação do trabalhismo, ainda mais tendo como base a histórica bandeira do PTB (BRIZOLA, 2007). Essa crença por parte de Brizola se dava por meio do poder adquirido pelo partido antes do regime militar, em consequência da grande influência da organização política na sociedade civil. Contudo, o processo não se desenrolou como a liderança esperava.

Segundo Fernando Brito, ocorreu uma manobra jurídica patrocinada pelos militares e orquestrada pelo intelectual militar, Golbery do Couto e Silva, a qual impossibilitou a utilização da histórica bandeira Petebista por parte de Brizola e de seu grupo. Assim, a sigla foi entregue a Ivete Vargas, passando a ser utilizada por aventureiros e adesistas ligados a classe dominante que não possuíam nenhum vínculo com o histórico trabalhismo. Nesse momento da história nacional, outros trabalhistas históricos como Darcy Ribeiro também já haviam retornado ao país.⁵

“Consumou-se o embrulho” – denunciou Leonel Brizola, chorando e rasgando diante da televisão um papel sobre o qual escrevera aquelas três letras, que durante tanto tempo simbolizara as lutas sociais no Brasil. “Uma sórdida manobra governamental”

⁴ Ver: <http://www.pdt.org.br/index.php/o-pdt/historia/>

⁵ Ver: <http://www.tijolaco.com.br/blog/ptb-eram-so-tres-letras-na-historia-mas-ainda-doem/>

– disse ele – “Conseguiu usurpar a nossa sigla para entrega-la a um pequeno de subserviente ao poder... O objetivo dessa trama é impedir a formação de um partido popular e converter o PTB em um instrumento de engodo para as classes trabalhadoras”. (RUAS, 2007)

O episódio que culminou na impossibilidade da utilização da sigla trabalhista por Brizola foi marcado por lágrimas e pelo seu ato rasgando um papel escrito a mão com as três letras: PTB. Carlos Drummond de Andrade descreve o momento em seu poema: *Eu vi* (ANDRADE, 1981). As palavras do poeta em relação ao episódio foram:

Vi um homem chorar porque lhe negaram o direito de usar três letras do alfabeto para fins políticos. Vi uma mulher beber champanha porque lhe deram esse direito negado ao outro. Vi um homem rasgar o papel em que estavam escritas as três letras, que ele tanto amava. Como já vi amantes rasgarem retratos de suas amadas, na impossibilidade de rasgarem as próprias amadas. Vi homicídios que não se praticaram, mas que foram autênticos homicídios: o gesto no ar, sem consequência, testemunhava a intenção. Vi o poder dos dedos. Mesmo sem puxar gatilho, mesmo sem gatilho a puxar, eles consumaram a morte em pensamento. Vi a paixão e todas as suas cores. Envolta em diferentes vestes, adornada de complementos distintos, era o mesmo núcleo desesperado, a carne viva; E vi danças festejando a derrota do adversário, e cantos e fogos. Vi o sentido ambíguo de toda festa. Há sempre uma antifesta ao lado, que não se faz sentir, e dói para dentro. A política, vi as impurezas da política recobrando sua pureza teórica. Ou o contrário... se ela é jogo, como pode ser pura... se ela visa o bem geral, porque se nutre de combinações e até de fraudes? Vi os discursos... (ANDRADE, 1981)

Diante do entrave, Leonel Brizola e seus companheiros buscaram uma solução imediata para se fazerem representados na esfera política brasileira. Se reuniram no Palácio Tiradentes – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – para o encontro nacional dos trabalhistas, contando com a participação de mais de mil pessoas. A partir desse encontro, novas três letras foram escritas. Mas dessa vez, atrelando a ideologia trabalhista com a preceito democrático, assim nasceu o PDT – Partido Democrático Trabalhista.

Ângela de Castro Gomes, em “*Brizola e o Trabalhismo*” afirma que a ideologia trabalhista é uma “invenção”, não possuindo origens distantes, nem mesmo memórias passadas. Sendo algo produzido no Estado Novo por meio da articulação e difusão de procedimentos e atos comunicativos consumados. Além da releitura social brasileira realizada pela *elite política* do pós-30 em relação a luta dos trabalhadores antes da revolução de 30. Contudo, a autora ressalta que o trabalhismo não se reduz apenas a essa fase do Estado Novo, mas também se encontra em outros períodos histórico-político brasileiro.

Em seu primeiro momento, o trabalhismo foi concebido para responder aos interesses dos trabalhadores, permitindo o acesso a uma legislação trabalhista, previdenciária e sindical (GOMES, 2006). Desse modo, a ideologia se encontra diretamente vinculada a figura de Getúlio Vargas, carregando elementos importantes que constituíam o seu governo como; o nacionalismo e o intervencionismo de Estado protetivo. Ao mesmo tempo que também possuía

a promessa de justiça social com base no trabalhador. O Estado Vargas produziu um modelo de organização sindical de extração corporativista, algo que durante a redemocratização viria a sofrer críticas por meios dos novos partidos políticos e também parte da intelectualidade vigente no país naquele período.

É importante destacar que o trabalhismo em seu primeiro momento, foi forjando no que a autora chama de “democracia autoritária” ou “democracia social”, fundada no princípio da justiça social. Esse modelo democrático não convivia com a ideia de representação direta dos trabalhadores no meio político, nem mesmo com participação eleitoral, tratando assim, as questões vinculadas ao mundo do trabalho como técnica e não política (CASTRO, 2015).⁶

Os direitos dos trabalhadores, assim como a proteção do homem contra a fome e a miséria eram enxergados pelo Estado como uma questão de coletividade e de interesse nacional. Vargas identificava a questão social no Brasil como prioridade, uma vez que a permanência da pobreza impossibilitava o desenvolvimento socioeconômico, por isso, essas questões não poderiam ser resolvidas por meio da representação política, na concepção do presidente (CASTRO 2015).

Já os problemas vinculados ao bem-estar eram vistos por parte do governo como consequência do atraso brasileiro, tendo que ser superado para permitir o desenvolvimento da nação. A ideia de desenvolvimento proposta por Vargas era diferente da noção socialista, visto que esses compreendiam que o problema do Brasil era a única e exclusivamente a concentração de riquezas. Assim, não levavam em consideração as condições estruturais e econômicas do país. Já os outros grupos políticos acreditavam que o problema era de produção, visto que a miséria da população era oriunda da falta de capacidade do trabalhador. Por essa razão, nota-se a aproximação entre as ideias de Vargas e as formulações teóricas presentes em Ribeiro. Embora o teórico coloque o desinteresse da classe dominante em desenvolver o Brasil.

Com a abertura democrática pós-45, os ideólogos do trabalhismo tiveram que realizar o esforço de criar um partido capaz de abrigar a ideologia e conviver com eleições e votos. Sendo essa a segunda fase do trabalhismo no Brasil, no qual representou também uma alternativa aos apelos dos trabalhadores que antes era destinado ao Partido Comunista. Essa nova fase continuou tendo como marca; a defesa dos direitos dos trabalhadores, do nacionalismo e do

⁶ Propor uma democracia fundada na justiça social era necessariamente materializá-la numa política urgente de proteção do trabalho humano contra a expansão do mercado. As relações entre mercado e Estado deveriam ser cuidadosamente traçadas, já que a supremacia do interesse da coletividade nacional não deveria contraditar os interesses individuais expressos, por exemplo, na iniciativa privada.

Estado intervencionista protetivo, mas também novas interpelações como as reformas de base (CASTRO, 2006).

Por esse motivo, Gomes (2006) coloca a criação do PDT como a terceira fase da tradição trabalhista. Como o passado trabalhista ficou compreendido como uma faceta do Varguismo, uma vez que o PTB nasceu “*de e para Vargas*, ainda no Estado com a formação na sua máquina sindical basicamente no que *ele disse*” (CASTRO, 2015, p. 294).

Na sua terceira fase, o trabalhismo encarnou a expressão do Brizolismo, diretamente ligada a figura do ex-petebista e agora Pedetista, Leonel de Moura Brizola. As defesas em relação ao direito do trabalhador e ao nacionalismo permaneceram, contudo, outros elementos foram inseridos como a proteção da democracia, das minorias políticas e o horizonte socialista.

Brizola, ao fundar o PDT, buscou negociar a entrada de outras lideranças políticas. Porém, essas negociações tiveram pouco resultado prático. Nesse mesmo momento de fundação e visando as eleições para o Governo do Estado no Rio de Janeiro, o Pedetista também buscou conquistar simpatizantes nos meios sindicais e populares.

Em relação aos sindicalistas, Brizola não conseguiu muitos aliados. Para Américo Freire, o movimento sindical brasileiro passava por um processo de renovação das lideranças. Essas novas lideranças procuravam se firmar baseada em um discurso de repúdio ao “velho sindicalismo”, do qual o antigo PTB de Vargas e Brizola era visto como a principal referência.

Já com os movimentos associativos populares foi diferente, organizado em torno das entidades: Federação de Associação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) e a Federação de Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), o político conseguiu pleno apoio. O discurso favorável a regularização da propriedade e contrário a política de remoção da população favelada fez essa população marginalizada se aproximar da liderança trabalhista.

2.1.1 O manifesto dos trabalhistas

Embora Brizola e seus companheiros não tenham conseguido resgatar a histórica e tradicional sigla trabalhista, o manifesto do PDT seguiu as tendências políticas já produzidas em Portugal, como foi apontado na *Carta de Lisboa*. O documento do partido tinha com inspirações; a *Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas*, o conteúdo da *Carta Testamento* redigida pelo presidente Getúlio Vargas e a *Carta de Lisboa*.

O partido, assim como o PTB, se colocava como nacionalista e defensor das bandeiras levantadas pelo presidente destituído pelos militares, João Goulart, como as Reformas de Base. Porém, como colocado por Gomes, essa terceira fase do trabalhismo levantou novas bandeiras, a principal delas era a defesa da democracia – sendo considerada o mais alto valor – além do *socialismo moreno* e unidade de todas as forças populares. A organização política também passou a se denominar como popular, inclusive inserindo em seu manifesto a defesa da participação popular nas esferas das decisões nacionais (PDT, 1979).

O projeto pedetista buscou se diferenciar das outras organizações políticas, se classificando como “alternativo” e “experiente”. A ideia de alternativo foi a forma encontrada para se diferenciar dos partidos presentes na esfera política brasileira durante a ditadura militar. Já a experiência era consequência da prática política e da histórica relação que haviam se estabelecidos com os trabalhadores no passado, tendo já experimentado erros e acertos. Assim, se colocavam como capacitados para resolver os problemas que se encontravam na sociedade brasileira.

Deve-se evidenciar que, em seu primeiro momento, o PDT foi construído e pensado por um reduzido grupo de intelectuais, como aconteceu no passado. Porém, esse novo partido tinha como horizonte político e partidário se transformar em uma organização de massas, algo que reflete as ideias presentes no campo da esquerda naquele momento.

Gomes (2015) aponta que durante o Estado Novo, Vargas presava por uma harmonia social e proteção de todas as classes. Este fato ocorreu em consequência da leitura trabalhista no período relacionada ao desenvolvimento brasileiro. Para eles, não era necessário o conflito entre as diferentes classes sociais que contribuíam para o crescimento da nação. Assim, não havia uma rejeição ao capital, mas as noções do Estado Liberal, uma vez que era omissor e espectador dos conflitos sociais e das carências materiais e espirituais da população⁷. Essa concepção harmônica persistiu na ideologia trabalhista, refletindo diretamente no manifesto do partido.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), é uma organização política de natureza essencialmente dinâmica, democrática e democratizadora, que visa a transformação das estruturas econômicas e sociais no sentido do desenvolvimento harmônico e independente. Portanto, é um partido que luta pela participação de um número cada vez maior de homens e mulheres em todos os campos de atividade, nos frutos da produção, das decisões políticas e em todos os bens do progresso e da civilização. (Partido Democrata Trabalhista, 1979, p. 2)

⁷ Racionalista e universalista, travava o homem como uma verdadeira abstração conceitual, transformando o seu mito do “cidadão soberano” na realidade terrível de um indivíduo que morre de fome. Gomes, 2015 p. 199.

A organização também buscou romper com o passado corporativista e centralizador, sendo essas atribuições feitas aos trabalhistas por seus adversários e segmentos da intelectualidade⁸. A noção corporativista permeou o meio sindical influenciando diretamente os meios jovens – como foi visto antes – assim como os intelectuais na redemocratização.

Como na *Carta de Lisboa*, o partido se coloca em defesa dos direitos humanos, democráticos e sociais; prezando pela liberdade de viver em país sem golpe e violência repressiva. Outras defesas também foram apontadas: a liberdade de auto-organização e livre debate de diferentes grupos sociais. Além da luta contra as discriminações relacionadas a crença, raça, sexo, nacionalidade, aspecto físico e classe social (PDT, 1979).

Entretanto, é possível perceber a preocupação e crítica do partido em relação à questão educacional brasileira. Essa colocação se reflete quando o partido defende o direito de votos para todos os indivíduos, inclusive para os analfabetos, uma vez que esse problema não foi superado durante o regime militar.

O direito de escolher e fiscalizar, livremente seus dirigentes e representantes no Estado, nos partidos políticos e em suas instituições sociais, através do voto universal, secreto e direto de todos os seus cidadãos, homens e mulheres, sem discriminação alguma, inclusive aqueles aos quais a sociedade e o Estado deixaram de ensinar a ler e a escrever. (PDT, 1979, p. 3)

Em seguida, o manifesto faz uma crítica a falta de assistência social por parte do Estado brasileiro, deixando de atender mais de 25 milhões de menores carentes, colocando-os em situação de miséria, degradação ou de completo abandono. Dessa forma, uma das principais prioridades nacional para os trabalhistas era garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens – particularmente os oriundos das classes desprivilegiadas – tivessem assistência por parte do Estado, desde o ventre materno com alimentação, escolarização, desenvolvimento humano e educação.

Esse fato permitiria retirar a população da *marginalidade*, integrando-os por meio de amplos programas de desenvolvimento social, estimulando a auto-organização e tomada de consciência. Conseqüentemente, esses trabalhadores teriam acesso aos meios de produção, teto digno, assistência médico-social, meios básicos de sobrevivência e educação.

Nesse mesmo período da redemocratização, outro partido político de esquerda e ligado aos trabalhadores estava se formando na esfera política brasileira. Porém, de maneira distinta da organização trabalhista. Enquanto o PDT se construiu com base na história do trabalhismo, a nova organização – o Partido dos Trabalhadores – se estruturou propondo uma nova formação

⁸ Ler Weffort, Francisco C. *Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após guerra)*. 1972. Ângela de Castro Gomes (2015) também classifica o sindicalismo varguista como corporativista, mas como conotação e fins diferentes apresentados por Weffort.

de organização política, apresentando aversão ao passado protagonizado por Getúlio Vargas e seus herdeiros.

2.2 O Partido dos Trabalhadores: o novo rompendo com o velho

Margaret Keck em *PT – A lógica da diferença*, afirma que durante o período da ditadura militar, emergiu na sociedade brasileira, *os novos movimentos sociais* constituídos pelo Novo Sindicalismo, Associação e Amigos de Bairros, Comunidade Eclesiais de Base, setores da classe média e etc., que se propuseram transformar a sociedade e a lógica econômica implantada pelo regime militar. Porém, “ao mesmo tempo questionavam noções *elitistas* acerca da política” (KECK, 2010, p. 12).

A autora coloca que as reivindicações desses movimentos são compreendidas pelos políticos elitistas e do passado, apenas como necessidade de pôr fim ao regime militar, representando assim, mais uma forma de apoio para a transição democrática. Essa percepção era possível, pois nesse momento histórico os tradicionais partidos de oposição ao regime se encontravam preocupados apenas com a transição do país para uma sociedade democrática e não com as condições institucionais para a formulação de uma nova política.

Ilsen Scherer-Warren em *"O caráter dos novos movimentos sociais"* afirma que esses “novos movimentos sociais” emergem após a “pausa” de organização da sociedade civil em consequência da ascensão dos militares. Esse momento na história brasileira também representou a separação entre o que se denominava de “*movimentos sociais tradicionais*” e o surgimento de novas formas de organização por meio dos “*novos movimentos sociais*”.

O que é denominado de “movimentos sociais tradicionais” são expressões que surgem na sociedade industrial dividida em classes sociais. Em uma das classes se encontrava o proletariado com quase a totalidade do seu cotidiano submetido a produção e a exploração da sua força de trabalho. Desse modo, olhando para os associativismos antes do golpe militar, os movimentos, principalmente dos trabalhadores, possuíam laços estreitos com o Estado dirigido por Vargas e carregavam no seio da sua luta concepções nacionalistas.

Os novos movimentos possuem características particulares, que também se relacionavam com a conjuntura mundial em relação as reivindicações atribuídas a esfera política. Sendo assim, esses novos movimentos são portadores de uma concepção de luta moderna, “confrontados com a expressão de sua atualidade num sentido mais abrangente, mais

internacionalizado”, dessa maneira se diferenciando dos tradicionais (WARREN, 1987). Com o crescimento de movimentos sociais na sociedade, esses novos entraram em conflito com as formas tradicionais de se fazer política, conseqüentemente propondo novos modelos para tal prática.

Entre os movimentos que vêm assumindo esse caráter novo nas suas formas de atuação pode-se destacar para o Brasil, parcela dos movimentos sociais propriamente ditos, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base organizadas a partir de adeptos da Igreja Católica), o novo sindicalismo urbano e, mais recentemente, também rural, o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pacifista em fase de organização, setores do movimento de jovens e outros (WARREN, 1987. p. 41)

Eder Sader em “*Quando os novos entram em cena*”, coloca que esses novos movimentos evidenciados em 1978, impactou e levou a revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, que antes eram ocultadas por representações dominantes (SADER, 1988). Por meio da afirmação e valorização, esses movimentos passaram a ser visto pela sua forma de comunicação e lugares onde se manifestavam, assim sinalizando para a formação de novas identidades coletivas.

A imagem viva da emergência de um sujeito coletivo, como um ato de afirmação de setores sociais até então excluídos do cenário oficial, foi logo chamada a atenção para novos personagens que alteravam os roteiros preestabelecidos. (SADER, 1988, p. 29)

Esses movimentos buscaram romper também com os esquemas *populistas*⁹ do passado, propondo a diminuição da distância entre direção e as bases. Além de efetivar a participação de lideranças “naturais” ou “autênticas” que estariam diretamente ligadas com as reivindicações políticas e matérias referenciadas aos movimentos.

Aproximação entre os dois polos do movimento se dava com a criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível de reflexão, de decisão e execução. Deste modo, os novos movimentos se propuseram a construir e desenvolver uma nova política de base

⁹ O conceito foi utilizado diversas vezes nas Ciências Sociais para descrever diferentes fenômenos políticos. Aqui destaco três trabalhos em que o conceito foi utilizado, em perspectivas e objetos diferentes. A primeira vez no artigo produzido pelo Instituto Brasileiro de Economia Sociologia e Política (IBESP) no ensaio “Que é o Ademarismo”. O ensaio se propôs analisar as práticas do político Ademar de Barros, caracterizando-o de maneira negativa. Em seguida, Francisco Weffort também utilizou o conceito em diferentes trabalhos, contudo deve destacar o “Origens do Sindicalismo Populista”. Onde o autor busca compreender as relações de Getúlio Vargas com os operários no pós-guerra, atribuindo as ideias de manipulação da massa. José Álvaro Moises em “*Classes Populares, Participação Política e Protesto Urbano em Osasco e Pirituba*”, 1974. Também aplicou o conceito para a analisar as práticas políticas de Jânio Quadros. O autor fez apontamentos em torno das relações diretas entre representantes da sociedade civil e o político. Assim, Quadros fez articulações com lideranças naturais discutindo os problemas das localidades e se colocando em defesa dos mais pobres. Assim, não sendo um representante autêntico das classes populares, estabelecendo uma relação de falsa representação. Sendo essa a articulação do conceito que se aproxima do conceito empregado no texto. Ângela de Castro Gomes em “*Populismo nas Ciências Sociais no Brasil*” questiona o conceito e conclui que é uma forma de estigmatizar políticos incorporado a memória coletiva daqueles que tem participação política.

no país. Tendo como auxílio para o seu desenvolvimento os meios de comunicação de massa, assim não sendo mais fixos em as suas pautas e possibilitando a associação com outros agentes.

Com a consumação da democracia haveria espaço na sociedade para se pensar as diferenças políticas estabelecidas entre os atores do passado e do presente. Contudo, esses novos movimentos não carregavam apenas a reivindicação para uma sociedade democrática, eles também tinham como proposta a inserção de novos atores políticos e a contestação do *status quo*, como afirma Rachel Meneguello em *A formação de um partido*:

O surgimento de um novo sujeito político de representação, organizado em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos populares e urbanos, e que, através de uma pauta de reivindicações específicas procurava sobretudo suprimir a marginalização política sob a qual se encontrava boa parte das classes trabalhadoras do país. (MENEGUELLO, 1989, p. 21)

Dessa forma, a transição deveria possibilitar um espaço para que esses novos atores pudessem participar do processo da redemocratização. O reconhecimento das diferenças é visto por eles como o começo do processo e não como o seu fim. Assim, busca-se compreender a ideia de elitismo no campo da esquerda como uma política personalista e organizada de cima para baixo, semelhante as concebidas antes da ditadura militar e tendo como expressão maior as lideranças do passado e os herdeiros de Vargas. Esses políticos poderiam até representar os interesses dos trabalhadores, porém não tendo como porta-voz político um representante “legítimo” ou “autêntico” dessa mesma classe social. Por conta disso, esses movimentos reivindicavam também uma representação direta também no campo político institucional.

As duas visões refletem, num sentido muito real, dois Brasis: um, em que as interações pessoais entre elites constituem a própria matéria de política e, outro, em que organizações cada vez mais representativas dos membros e a elas afiliados reivindicam relações mais institucionalizadas. (KECK, 2010, p. 12)

Francisco Weffort em *A Origem do Sindicalismo Populista* faz apontamentos nesse sentido em relação ao passado político brasileiro. Para ele, os trabalhadores não eram representados politicamente, não possuindo autonomia em relação ao Estado. Isso ocorria uma vez que as organizações de esquerda cooperavam com o Varguismo e os trabalhadores se submetiam as ordens de Vargas por desespero (WEFFORT, 1972). Desse modo, Weffort coloca que esses trabalhadores não possuíam autonomia frente ao Estado. Enxergando que só por intermédio do conflito a classe operária poderia ter sucesso e efetivar as suas pautas legítimas. Essa compreensão é diferente da perspectiva relacionada a ideia de harmonia e pacto de classe entre os operários e os outros setores produtivos, que contribuíam para o desenvolvimento nacional na concepção de Vargas como aponta Gomes (2015).

O conflito entre *passado e presente* ou *novos e velhos* nasce em busca da representatividade política, inexistente segundo Weffort. Em torno do processo de

redemocratização, esses movimentos que “surtem”, questionavam a legitimidade de velhos atores – políticos do passado que se encontravam no país ou se exilaram e consequência da ditadura – e os seus métodos. Deve ser levado em consideração que novos e velhos possuíam projetos políticos distintos e diferentes interpretações em torno da trama histórica e política brasileira.

Nas fases iniciais, novos atores sociais vieram juntar-se ao partido político de oposição para pressionar os militares, visando obter novas concessões. Nesse período, Movimentos de bairro, associações profissionais e um movimento sindical que começavam a ressurgir passaram casa vez mais a assumir uma aparência política, produzindo (ou acrescentando-se a) um fenômeno que alguns autores chamaram de “a explosão da sociedade civil”. A sociedade civil tornou-se o principal campo de interação política. (KECK, 2010. p. 15)

Esses novos movimentos sociais se consolidam na política institucional por meio da criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, o PT nasce da “conjunção da súbita e generalizada da onda de protesto operário do final da década de 70” e também da breve associação desses movimentos que protestavam durante a ditadura militar. A formação do partido surge no momento em que parte dos setores da esquerda debate sobre qual modelo de partido deveria ser construir na transição para a democracia (KECK, 2010). Um desses momentos pode ser visto na tentativa de aglutinar todos os opositores ao regime dirigido pelos militares em uma única sigla.

Os membros do partido, por serem fruto dos movimentos que questionavam a falta da representatividade popular, também carregavam em suas causas políticas a contestação do *status quo*, no plano ideológico e no modelo de organização e representação. No que se refere ao plano ideológico, os membros do partido eram adeptos do socialismo, propondo mudanças radicais nas orientações políticas, econômicas e sociais em prol dos desfavorecidos. Em relação a organização, a proposta era de um partido democrático e participativo, onde os setores antes excluídos das formulações políticas teriam espaço para falar em nome de suas próprias causas e necessidades.

Com isso, diferente dos outros partidos políticos criados durante a redemocratização – comandados por elites políticas – o PT se formou possuindo uma base sólida do movimento operário e de outros movimentos sociais. Essa base não se dava apenas em números, mas também na representação interna e nas suas bases eleitorais, formulando também as propostas do partido.

Essa formulação partidária era vista como algo novo no meio político brasileiro, capaz de proporcionar uma nova experiência na esfera política. A concepção do novo é consequência da reflexão da representatividade em relação ao passado. Para os membros do Partido dos

Trabalhadores, a antiga experiência por parte da esquerda brasileira se desenvolvia tradicionalmente por meio de *partidos populistas*, sob a direção de elites políticas ou por meio do Partido Comunista Brasileiro na primeira metade do século XX. Margaret Keck (2010), assim como outros autores, acreditava que as organizações de esquerda existentes antes do golpe militar não contavam com o pleno apoio da classe operária, diferentemente do PT.

Por conta dessas particularidades presentes no Partidos dos Trabalhadores, Keck (2010) e Meneguello (1989) fazem distintas atribuições. A primeira enxerga o partido por meio de divergências em relação aos outros estabelecidos no período de redemocratização. Já a segunda classifica a criação do PT como uma novidade no cenário político brasileiro. Ambas as autoras têm razão em atribuir os conceitos como: diferença e novidade ao surgimento do PT, uma vez que a ideia do partido é fundar uma nova maneira de fazer política baseada na representação direta das classes populares.

O PT, além de ser o abrigo das ideias de diferentes movimentos sociais, passa a ser o refúgio de uma nova concepção de sindicalismo, chamado de “*novo sindicalismo*”. Esse novo modelo prezava pela “autonomia” – como apontado por Weffort (1972) – do novo movimento sindical.

Para Meneguello (1989), a diferença em relação ao sindicalismo tradicional, se traduzia basicamente em um novo estilo de condução do conflito entre capital e trabalho, “demonstrando relativa autonomia de poder frente à arcaica estrutura de representação corporativista” (MENEGUELLO, 1989, p. 29). Por essa e outras razões, é um movimento que possui críticas as estruturas do passado que atrelavam o trabalhador ao Estado. Essa relação ocorria em um ambiente onde o Estado se fazia presente em todas as instâncias de decisões. A sociedade civil não era vista como um espaço de liberdade para o trabalhador, mas sim uma esfera controlada por uma organização hierárquica.

Dessa forma, como os “novos movimentos sociais”, o “novo sindicalismo” seria a ruptura com práticas políticas e sindicais do passado. Sendo também caracterizado por prática que seriam interpretadas como nova na história sindical brasileira, como a autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos e ao Estado. Se diferenciando de maneira profunda do movimento sindical desenvolvido durante o Estado Vargas, chamado de “populista”. Como apontou Weffort (1972) analisando o sindicalismo do pós-guerra – embora seja consequência do Estado Novo – era visto como a colaboração de classe, não atendendo diretamente aos interesses dos trabalhadores.

Marcos Aurélio Santana em “*O novo e o velho sindicalismo*” também aponta a emergência desse novo modelo sindical. Contudo, não se caracterizando só entre o passado e o

presente, mas também na disputa entre as formas e diferentes organizações sindicais (SANTANA, 1998). Este fato seria consequência da disputa presente no interior da esquerda brasileira durante o período da redemocratização no país.

O autor também faz outra colocação interessante em seu texto, a concepção do novo é formulada sempre em conjunção com os movimentos sociais e também a partir de reflexões acadêmicas. Esses “novos” atores se conflitavam com o arranjo social e político configurado na ditadura militar, além de ser uma contestação de velhos personagens políticos brasileiros. Desta forma, a luta presente na redemocratização tinha como referência os “novos” e “antigos” ou “modernos” e “tradicionais”.

Um dos representantes do velho sindicalismo na redemocratização era o Partido Comunista Brasileiro (PCB). É importante destacar que Weffort (1972) analisando a democracia e o movimento sindical brasileiro pré-64, classifica o PCB como um partido colaborador do corporativismo Vargasista. O partido era visto como afastado das bases e passivo as imposições do governo. Além disso, o autor atribui a categoria fascismo¹⁰ a estrutura corporativista sindical vigente no pós-guerra. Nas disputas entre o PCB e o PT, essas críticas voltaram a ecoar nos debates entre passado e presente, mas como novas atribuições como as de “*negocistas*” e “*conciliadora*” no regime militar.

No conflito entre os dois partidos, umas das críticas do PT aos comunistas se referia as decisões políticas tomadas pela organização antes da ascensão do regime militar. A aliança com setores progressistas da época, como os trabalhistas, era vista de maneira negativa por parte dos petistas, uma vez que esses trabalhistas eram constantemente associados ao populismo. Assim, os membros e as lideranças comunistas eram taxados de reformistas e que colaboravam para o pacto de classes proposto pelo Vargasismo.

Santana (1998) faz dois apontamentos que permite compreender as motivações das críticas por parte dos petistas em relação aos comunistas: A primeira de caráter político, visto que os militantes do PCB acreditavam estar na única e verdadeira organização política capaz de representar os interesses dos trabalhadores (SANTANA, 1998). Essa crença por parte dos

¹⁰ A utilização da categoria fascista por parte de Weffort é das aproximações entre o modelo sindical de Vargas e a *Carta Del Lavoro* documento do Partido Fascista Italiano, onde existia um modelo sindical corporativista. Gomes discorda da utilização do conceito de fascismo atribuído por Weffort a estrutura corporativista do sindicalismo Vargasista. A autora aponta que o corporativismo brasileiro possibilitou o direito dos próprios trabalhadores se organizarem, mas com a coordenação do Estado. Diferentemente do corporativismo fascista – que entregava às corporações a função de legislar – o corporativismo no Brasil não tinha um papel político, apenas técnico. Assim, buscavam participar dos negócios públicos aumentando o número de cidadão e apresentando os seus interesses ao Estado.

comunistas, se chocavam com os interesses dos petistas de serem também os porta-vozes dos trabalhadores.

Já a segunda se limitava a uma visão reducionista das relações políticas no período pré-64, onde teria ocorrido apenas a colaboração de classes e um radicalismo sem base social por parte dos antigos comunistas. Deve-se levar em consideração que, assim como os *novos atores* e a visão oficial do partido comunista buscavam se afastar das antigas experiências (SANTANA, 1998).

Meneguello (1989) afirma que essa nova concepção foi consequência das transformações infra estruturais e o processo de modernização brasileiro, possibilitando a inserção de novos líderes e atores políticos. Além disso, outros dois aspectos que marcam a diferenciação entre “novos” e “velhos” como; a questão da liderança “autêntica” e a idade desses novos atores.

São considerados autênticos, os representantes e porta-vozes dos seus próprios interesses na esfera política. Dessa maneira, além de proporcionarem um novo movimento, essas figuras encarnavam na própria idade e tempo de participação no movimento sindical a novidade. Este fato pode ser constatado nos discursos do Luiz Inácio da Silva – popularmente conhecido como Lula – a principal liderança que emerge dessa aliança entre os movimentos sociais e necessidade de participação na política institucional¹¹.

O que está existindo lá no ABC, principalmente em São Bernardo, é uma massa jovem de trabalhadores, pessoas que não aceitam esse tipo de exploração, que querem participar da vida política do país, que não viveram o *populismo* de Vargas. São pessoas que começam a acreditar nelas mesmas. (SILVA, 1981, p. 179)¹²

Essa visão é importante ser evidenciada no processo de redemocratização, pois os novos atores políticos enxergavam essa presença do Estado – ocorrendo antes e durante o regime militar – como uma forma de tutela perante o trabalhador. Sendo assim, continuar com a mesma forma de organização proporcionaria a troca de uma tutela por outra.

O “novo sindicalismo” é na visão de Keck (2010) e outros autores, o diagnóstico da existência do descontentamento popular massivo e organizado em relação ao regime e os tradicionais modelos políticos. Esse descontentamento também visto no início do texto, quando Brizola não consegue a adesão dos setores sindicais durante a construção do PDT por estar associado a uma corrente política considerada a formuladora dessa relação.

¹¹ Durante a campanha presidencial em 1998, Leonel Brizola teria reconhecido a “autenticidade” de Lula. Em um momento de conversa entre Brizola e o cadáver de Getúlio Vargas, Brizola teria afirmado: “Aqui tá um operário. Um operário que você não foi e que eu não fui. Esse é o operário que nós vamos apoiar agora, doutor Getúlio” – Discurso durante a inauguração do Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola. 18/11/2010.

¹² Entrevista do Lula. In: SANTANA, 1988. p. 23.

2.2.1 O manifesto petista

Em seu manifesto, o Partido dos Trabalhadores busca sintetizar as suas intenções e os seus interesses na esfera política brasileira. Logo no início, o partido se caracteriza como a expressão da luta prolongada durante o regime militar, se apresentando – segundo Meneguello (2010)¹³ – como a grande novidade da sociedade brasileira, marcada pela mobilização dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida. O avanço das reivindicações de diversos grupos sociais –incluindo-se também as mulheres, negros e jovens – possibilitou a organização para a defesa de distintos interesses. Contudo, só a luta não seria suficiente para consolidação dos direitos e interesses desses grupos, assim, emergindo a proposta do Partido dos Trabalhadores.

O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. (Partido dos Trabalhadores, 1980, p. 1)

As críticas ao passado e a concepção de representação autêntica são noções elementares que refletiram na formulação do Partido dos Trabalhadores. Em manifesto formulado no período da redemocratização, a organização expõe a necessidade de intervenção política na vida social brasileira, em consequência da maioria da população ter sido historicamente relegada a condição de segunda classe.

O partido exerceria a função de porta-voz da luta dessa população ignorada nas decisões políticas institucionais, em razão de se notabilizar como resultante das lutas sociais que ocorreram durante a Ditadura Militar. Por abrigar as lideranças “*autênticas*”, a organização seria a representação direta dos interesses dos trabalhadores (PT, 1980). Dessa forma, a relação se desenvolveria de maneira diferente em relação ao passado pré-64, na qual o Estado se colocava como representante desses interesses junto aos sindicatos. Assim, possibilitaria a organização dos trabalhadores e transformaria os seus interesses em plataformas políticas.

A aversão ao passado pode ser vista também nos escritos de Weffort (1972), uma vez que o autor coloca que a classe trabalhadora aderiu as ideias do *Estado populista* na condição de *desesperados*. A solução do autor já apontava para a necessidade de representação direta dos trabalhadores em conflito com as decisões do Estado.

¹³ O PT configurou uma novidade no arranjo de forças políticas advindo com a reforma partidária de 1979, qual seja, a ruptura com os padrões conhecidos de organização partidária no Brasil, fortemente enraizado em bases sociais e com uma proposta voltada de atuação voltada para o reforço dos laços com as lutas populares (MENEGUELLO, 1989, p. 19)

Outro aspecto importante é a concepção da organização, a ideia de Partido de Massas. A proposta nasce como reflexo da ideia mais presente nos “novos movimentos”, a emancipação das classes excluídas. Essa emancipação só poderia ser conquistada, primeiramente em um partido que atendesse e expressasse os interesses diretos dos trabalhadores e dos outros grupos excluídos. Além disso, os movimentos também participariam das formulações políticas, das decisões na sociedade civil e na economia.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias. (PT, 1980. p. 2)

Por esse motivo, para o partido todas as decisões que impactavam a vida das classes excluídas deveriam ser submetidas às expressões dos interesses populares, sendo colocadas a serviço do bem-estar da coletividade. A questão nacional, nesse sentido, era vista como a vontade do povo, uma vez que no manifesto do partido nação e povo são tratados como categorias que possuem o mesmo sentido denotativo.

Logo, a proposta do Partido de Massas seria o rompimento com os tradicionais modelos elitário de partidos, onde se organizavam na perspectiva desses novos movimentos de cima para baixo. Ou seja, de uma elite política para a massa excluída, ou no ponto de vista histórico e classista, do Estado para a sociedade e de exploradores para explorados.

Por fim, por estar sendo concebido em meio à redemocratização, o partido se apresenta como um grande defensor da democracia participativa. Lutando pelas liberdades civis, que garantiriam a participação plena de todos os cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

2.3 Os partidos

Apesar das duas organizações serem consequência de distintos processos histórico-políticos, os dois partidos possuíam preocupações e defesas que se assemelhavam. A semelhança mais latente entre as organizações era o horizonte socialista e a defesa pela

democracia, em razão de estarem questionando e propondo a mudança das relações econômicas e sociais em uma estrutura política que tinha como aporte a ditadura militar.

Embora Lula e Brizola tenham se apresentado como figuras de destaque nas organizações que estavam construindo, os dois políticos também possuíam papéis distintos nessas construções. O PT, como colocado, se construiu de maneira coletiva, acreditando em ser um partido político que começasse pela base e também por meio das reivindicações dos movimentos sociais. Já o PDT, apesar de ter como propósito ser também um partido de massas, pode ser visto que desde a reunião em Lisboa – tendo como consequência a *Carta de Lisboa* – a organização ainda carregava a concepção elitária da política. Dessa forma, concebendo-se um partido político verticalizado com semelhanças organizativas as experiências vividas antes da ditadura.

Além disso, os dois partidos se colocavam em defesa de diferentes grupos sociais, buscando ter a inserção de pautadas relacionadas a gêneros e raça. Rompendo com a lógica política do passado que enxergavam os problemas sociais majoritariamente vinculados apenas as questões de materiais e a exploração promovida pelo capitalismo.

Ao analisar de forma comparada a perspectiva política e as ideias de ambas as organizações, pode-se constatar que o PDT busca refundar uma ideologia, mas com algumas atribuições específicas que não foram levadas em consideração no passado. Já o PT, olhando para o passado de maneira crítica e concatenado com os movimentos sociais do presente, busca a fundação de uma nova forma de relação política e ideológica, com a proposta de inserir diretamente pessoas – na concepção do partido – historicamente excluídas da arena de decisão política.

Nesse sentido, Cristian Lynch em *Squaremas & Luzias: A sociologia do desgosto com o Brasil*, faz apontamentos interessantes sobre as distintas percepções em torno da superação do problema social brasileiro. Analisando Squaremas e Luzias, o autor observa que já no século XIX havia duas visões distintas com o objetivo de explicar o retardo da sociedade brasileira e formularem diferentes soluções. Essas duas formas de pensar eram Squaremas e Luzias (LYNCH, 2011).

Os adeptos dos ideais squarema enxergavam que havia a necessidade da presença de um despotismo ilustrado para desenvolver o Brasil como nação e responder aos problemas existentes aqui. O desenvolvimento e a resolução dos problemas só seriam possíveis na visão deles por meio de um Estado forte e centralizado, uma vez que diagnosticavam que havia uma

população e um conjunto de território, mas não uma sociedade e uma nação¹⁴. Ao mesmo tempo, sendo também impossível esperar o desenvolvimento promovido pela própria elite brasileira da época, visto que para eles essa elite só pensava em si própria.

Já os Luzias pensavam de forma contrária aos diagnósticos saquarema. Para eles, havia a existência de uma sociedade civil e essa sociedade era formada por eles – a elite – no primeiro momento criticada pelos saquaremas. Desse modo, na visão dos luzias, o estado deveria ser apenas um servidor leal e representante dos interesses expresso pela sociedade.

Lynch (2011) coloca a diferença entre os dois grupos se dá na compreensão da superação da realidade. Os saquaremas antes de transformar a realidade nacional, se propõe a reconhecer os problemas presentes existentes, adaptando as instituições a essa realidade. Já os Luzias acreditavam na reprodução plena institucional de outros países, uma vez que a adaptação deforma o modelo e as ideias ficam fora do lugar.

Diante dessas duas visões a grade questão colocada pelas duas correntes é: O Estado é quem formula políticas para sociedade ou a sociedade é quem constrói o Estado? Essa pergunta em alguma medida representa as ideias defendidas pelos dois grupos. Embora saquaremas e luzias estivessem disputando narrativas em torno de distintas visões de mundo no século XIX e por uma ótica dominante, o autor aponta essas distinções ainda permanecem no pensamento social brasileiro, inclusive na disputa em torno da esquerda brasileira.

Buscando direcionar o debate presente nesse texto, ao analisar essas correntes políticas do passado, Lynch (2011) identifica essas permanências no PDT e no PT. Assim, Brizola pode ser visto como a representação Saquarema na esquerda por ser o herdeiro do trabalhismo, visto que acreditavam em um Estado formulador. Já o PT de Lula seria a expressão de uma esquerda Luzia, uma vez que a organização nasce da aversão ao trabalhismo – que representava uma política de intervenção – pautada na formulação da classe trabalhadora para o Estado, de modo que haveria uma independência entre Estado e Sociedade.

As colocações abrem margem para uma constatação presente nos manifestos das organizações políticas. Apesar do PDT ter como horizonte o socialismo, a organização política não rejeitava a aliança com outras classes sociais, desde que estivesse preocupada com o desenvolvimento nacional. Diferentemente disso, o PT a todo momento se pauta em uma lógica classicista. Ou seja, liberal assim como os luzias. No caso petista, a sociedade civil é que deveria dar forma ao Estado. Já na concepção pedetista, o Estado que deveria formular política para a sociedade, se assemelhando com as concepções saquaremas.

¹⁴ Essa afirmação é inconsequência da formação do país, visto que era um país agrário com um terço da população formada por pessoas escravizadas e pessoas iletradas.

Além disso, existe outra diferença marcante entre pedetistas e petistas. Assim como apontado por Gomes, os herdeiros do trabalhismo por conta do interesse do desenvolvimento e a experiência varguista, não acreditavam na construção política por meio do conflito e tinha como epistemologia a ideia de nação. Já o PT, por estar ligado ao conjunto de lutas modernas e também internacionalizada, além da influência classicista acreditava na construção política por meio do conflito, sendo essa concepção fundamental para essa visão crítica em relação a experiência trabalhista. Ou seja, Estado, capital e trabalho não são compatíveis e por isso não podem estar vinculados a uma política que busca uma unidade.

2.4 Pensamento e partido

Como pode ser visto, as formulações e compreensões presentes nas duas organizações políticas correspondem diretamente com as teorias expressas por Darcy Ribeiro e Paulo Freire. O primeiro a ser destacado é a similaridade das reflexões dos partidos em relação as práticas políticas exercidas antes da Ditadura Militar. Assim como Ribeiro, o PDT enxergava o passado de maneira positiva, embora acreditasse que alguns métodos, práticas e visões presentes na relação entre Estado e Sociedade deveriam ser aprofundadas e superadas.

A crença de uma classe dominante descompromissada com o país e com o povo brasileiro, a integração de uma população marginalizada e as noções de um grupo de intelectuais e políticos comprometidos com a causa nacional e tomando decisões em prol da superação da dependência e do desenvolvimento nacional, assim como em Ribeiro também se tornou latente da formulação trabalhista. Essa permanência pode ser vista na *Carta de Lisboa* e até mesmo no manifesto do PDT, onde os trabalhistas se colocam na primeira pessoa do plural com a intenção de representar os interesses do povo. Porém, ao mesmo tempo, eles se propõem a construir um partido de massa e defendem a participação popular em todas as instâncias de decisões. Outro aspecto importante é a crença do partido na educação como um dos pilares para a transformação social brasileira.

Já o PT se aproxima muito das críticas formuladas por Freire quando perguntado sobre a sua experiência política e social no pré-64. Tanto a organização política, quanto o intelectual enxergavam a experiência trabalhista de forma negativa, classificando-a como uma expressão populista. Ambos classificavam as práticas trabalhistas como autoritárias e que silenciavam o povo. Weffort (1972), como o teórico da libertação, colocava o silêncio da população diante

das práticas do Estado como uma consequência do desespero. Esse desespero é tratado por Freire como a desumanização que era resultado de uma ordem injusta. Porém, não era o motivo da perda de esperança, ao contrário, uma razão de desejar mais participação e restaurar a humanidade perdida (FREIRE, 2017).

Ao mesmo tempo que existe a aproximação entre o intelectual e o partido nas críticas, também existe a concordância nas formulações política. A proposta do diálogo entre os oprimidos como fonte de um conteúdo programático para a superação da opressão e a representação direta dos mesmos também é vista na formulação do PT, mas com outras nomenclaturas – trabalhadores e explorados. Assim como Freire, os membros e formuladores petistas acreditam na mudança apenas por meio da participação direta da sua base social.

Dessa maneira, embora Darcy Ribeiro e Paulo Freire não apareçam como protagonistas na construção de suas respectivas organizações, ambos são fundamentais para conceber a forma material e intelectual que as constituem. Se tornando nítida a relação direta entre intelectuais e partidos políticos. Vale levar em consideração que assim como as suas respectivas organizações políticas, Ribeiro estava inserido em um debate em torno de Brasil e Freire inserido em uma discussão em torno da opressão que também se encontrava internacionalizada.

Como colocado no capítulo anterior, os dois intelectuais além de fazerem a leitura da realidade de maneira crítica, também executaram papéis de políticos na redemocratização. Ribeiro já havia tido a experiência durante o governo trabalhista de João Goulart, mas para Freire foi uma novidade, a prática política e a filiação partidária. A próxima parte do trabalho vai fazer a análise de Ribeiro e Freire atuando em seus partidos e formulando políticas públicas vinculadas a pasta da educação. Assim, com o propósito de estabelecer as correspondências entre pensamento, partido e educação.

3 AUTORES E SECRETÁRIOS: A CORRESPONDÊNCIA ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Em consequência à redemocratização, o PDT e o PT se constituíram enquanto partidos políticos e logo buscaram colocar em prática as suas propostas. Em 1982, Leonel Brizola se candidatou ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro e se elegeu, tendo Darcy Ribeiro como seu vice. Freire, por sua vez, teve a sua prática política partidária posteriormente, em 1988, por meio da eleição de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo.

Com as constituições das duas organizações na esfera política brasileira e a eleição de seus partidos, Ribeiro e Freire passaram a influenciar o partido não apenas em suas compreensões e forma de organização, mas também em suas práticas, especialmente no que se restringe a educação pública. É importante colocar que ambos foram secretários da pasta educacional nas administrações eleitas. Ribeiro foi secretário no Rio de Janeiro de 1983 a 1987 e Freire ocupou a secretária municipal de São Paulo de 1989 a 1991. Cabe ressaltar que, embora os dois partidos e as duas figuras estivessem ligados à esquerda, ambos possuíam consideráveis divergências em torno do problema e da superação do atraso social brasileiro. Dessa forma, gerando significativas distinções em relação a formulação de políticas públicas vinculadas a educação brasileira.

Diante deste contexto, este capítulo tem como proposta apresentar as diferentes compreensões em torno da educação brasileira presentes nas propostas educacionais de Darcy Ribeiro e Paulo Freire nos respectivos períodos em que ambos atuaram como Secretários de Educação. Assim, pretende-se compreender em que medida os dois nomes, enquanto políticos à frente das secretárias de educação, levaram a cabo as suas compreensões sobre o Brasil e as soluções para os problemas.

Nesse sentido, Ribeiro se encontra na lógica do desenvolvimento, integração e civilização e Freire vinculado à ideia de libertação, participação e democracia. O primeiro levando a cabo a ideia de formulação por meio de um grupo com pessoas esclarecidas e o segundo com a crença da superação através da participação popular nas formulações políticas. Ideias vinculadas a concepção de práxis presente nos dois autores.

Como base para essa leitura serão utilizadas as obras “*O livro dos CIEPs*” de Darcy Ribeiro e “*A Educação na Cidade*” de Paulo Freire. A motivação para a escolha das duas obras se dá pelo fato de ambas serem escritas no momento em que os dois intelectuais estavam dirigindo e construindo as suas secretárias e retrataram as suas formulações enquanto

secretários. Assim, possibilitando a comparação com as suas principais teorias – colocadas também no primeiro capítulo desta pesquisa. Além disso, as obras contêm as causas que precisavam ser superadas naquele momento histórico, os objetivos presentes, pensamentos e as descrições dos dois autores referentes aos seus projetos educacionais.

3.1 O problema da educação em Darcy Ribeiro

Na formulação do seu projeto, Darcy Ribeiro apontava que a educação brasileira possuía diversos problemas no período em que foi secretário da pasta. Classificou o sistema educacional como uma máquina que produzia cerca de 500 mil analfabetos adultos na época da sua gestão. Além disso, o Rio de Janeiro acumulava 50 mil dessa população iletrada. Ou seja, 10% dessa massa analfabeta. Se levasse em consideração a condição de iletrado aqueles que conseguiam apenas “desenhar” o próprio nome, esse número seria ainda maior. Por isso, ele apontava que embora tivesse ocorrido o aumento do número de escolas, esse alargamento não teve como acompanhamento o êxito da educação (RIBEIRO, 1986).

Embora nosso sistema educacional tenha saltado de 6 milhões de pessoas em 1950, 10 milhões em 1960, 19 milhões em 1970 e 30 milhões hoje, a verdade é que a escola pública não cresceu onde devia, nem como devia. O que se obteve com esse crescimento meramente qualitativo foi uma escola de mentira, incapaz até mesmo da tarefa elementar de alfabetizar a população. (RIBEIRO, 1986, p. 11)

Além do crescimento considerado por Ribeiro como inconsistente com a realidade, criou-se no país uma escola *elitista*¹⁵ que reproduzia um modelo de educação razoável para poucos e péssimo para a maior parte da população. Esse desempenho ruim era consequência da falta de planejamento por parte dos governos anteriores, os quais não se preocupavam em preparar a escola também para o alunado popular.

Desse modo, o principal responsável pelo fracasso educacional era a classe dominante do país, visto que a mesma não se propôs a criar uma escola pública honesta e que atendesse as necessidades do povo. Por esse motivo, a principal causa não residia apenas nas práticas pedagógicas, mas também nas atitudes dessa classe e do governo com a população mais pobre.

Nossa escola tenta provar ao aluno pobre que ele é pobre porque é burro, quando, na verdade, ela é que não lhe dá as condições de superar suas dificuldades. Nossa escola atribui o fracasso das crianças pobres a deficiência que elas trazem de casa. “carente de carinho familiar”, “carente de comida”, “carente de inteligência”. Toda feita de carência, a criança oriunda das camadas populares seria um caso perdido que nenhuma didática, dedicação ou boa vontade conseguiria resolver. Atribuir a culpa do insucesso

¹⁵ Volta para as classes privilegiadas.

à própria criança, à sua família ou a situação de pobreza em que vivem, significa culpar a própria vítima e absolver a escola de qualquer responsabilidade pelo desastre que representa a Nação, um sistema educacional incapaz de educar o seu povo. (RIBEIRO, 1986, p. 33)

Nas teses de Ribeiro sobre educação, nota-se a permanência do discurso de responsabilização da classe dominante pelo fracasso brasileiro, mas agora, vinculado a educação pública. Além disso, como secretário, o autor coloca que existe a diferenciação entre as crianças com recursos monetários e as sem recursos. O primeiro grupo de crianças tem em suas residências pessoas que podem estudar depois do horário da escola, ainda estimulada pelos pais com prêmios e gratificações pelo bom desempenho. Por essa razão, esse grupo de jovens enfrentavam de maneira mais fácil um regime escolar que quase não se lecionava, segundo o autor.

As crianças desafortunadas não compartilhavam da mesma realidade, possuíam características peculiares que se traduzia nas relações dentro da sala de aula. Em consequência disso, eram penalizadas pela escola, uma vez que, oriunda de meios *atrasados* só tinham à escola como fonte de aprendizado e integração social. Por esse motivo, na perspectiva do autor, a educação brasileira em seu modo geral, impõe os mesmos critérios válidos para as classes privilegiadas, a todos os seus alunos, sem distinção. De maneira que ignoram a realidade vivida por esses jovens e até mesmo o tempo de contato direto com o educador.

Outro problema, também latente na compreensão de Ribeiro, era a péssima alimentação enfrentada por esse alunado pobre. Essa criança de origem pobre comia pouco e mal, tendo conseqüentemente o seu desenvolvimento comprometido pela desnutrição. Às vezes até prejudicado por imperfeições físicas se a fome ocorresse desde o nascimento.

Nesse sentido, identifica-se mais uma permanência na teoria do autor, vinculada a alimentação da população marginalizada. Essa percepção de condenação sobre a realidade nacional que motivou o projeto de Darcy Ribeiro, na busca de combater as práticas vividas pelas crianças populares no meio urbano. Além disso, havia a dificuldade por conta das poucas horas de aula e a falta de auxílio em casa para a promoção do pleno aprendizado.

Desse modo, Ribeiro afirmava que essa criança popular desenvolvia toda a sua inteligência para sobreviver de maneira autônoma, em esforço nos quais alcança uma eficácia incomparável. Já a criança afortunada se alimentava bem, falava a língua da escola e era ágil no uso do lápis e na interpretação de símbolos. Essa criança não precisaria lutar pelo sustento, nem cuidar dos irmãos mais novos.

A conclusão que motiva o pensador e também secretário pedetista é a ilusão que a escola seleciona e promove os melhores alunos por meio de procedimentos pedagógicos e objetivos.

Na verdade, a escola questionada por Ribeiro apenas separava o que já recebia da sociedade devidamente diferenciado, na medida em que trata da mesma maneira crianças socialmente desiguais: “A escola privilegia o aluno já privilegiado e discrimina as crianças que renderiam muito mais se fossem tratadas a partir de suas próprias características” (RIBEIRO, 1986). Dessa forma as percepções presentes na teoria do autor refletem também no sistema educacional brasileiro, por meio um modelo estabelecido na desigualdade vigente na sociedade brasileira.

3.1.1 A proposta de Darcy Ribeiro

Ao assumir os cargos de Vice-Governador e Secretário Estadual de Educação, Darcy Ribeiro buscou desenvolver uma política correspondente as compreensões e as ideias presentes no seu partido político. Como coordenador da área educacional, o autor destacava que a meta prioritária do governo comandado por Leonel Brizola era a melhoria da educação pública no Estado.

A escolha da educação como a prioridade da administração pedetista possuía duas raízes histórica; a primeira se apresenta no tempo, quando Leonel Brizola foi governador no Rio Grande do Sul em 1959, tendo o seu governo marcado por amplo investimento na área. A segunda se encontrava diretamente ligada à ideologia *socialista-democrática* do Partido Democrático Trabalhista, além das preocupações de Ribeiro em relação a superação da dependência por meio do desenvolvimento e da integração social dos historicamente marginalizados, a fim promover um processo civilizatório que alavancasse o Brasil e o povo brasileiro a status de nação desenvolvida.

Essa ideologia é que contrariando uma prática antiquíssima de descaso em matéria de instrução pública, nos deu a coragem de abrir os olhos para ver e medir a gravidade do problema educacional brasileiro e sobretudo a ousadia de enfrenta-lo com a maior massa de recurso que o Estado pode reunir (RIBEIRO, 1986, p. 16)

Para a melhoria da educação e o desenvolvimento do seu projeto vinculado a pasta, o secretário buscou criar uma comissão coordenada por ele, tendo como função executar um plano especial de educação. O plano contou com investimentos que ultrapassaria a faixa de 400 milhões de dólares.

A conjugação das ideias das autoridades educacionais com as opiniões do professorado deu origem ao Programa Especial de Educação do Governo Brizola. Para implantá-lo, apenas no ano de 1984, reservava-se para a Educação um montante inédito de dotações: Cr\$ 110 bilhões. A diretriz básica do Programa é a recuperação da escola, melhorando-a e colocando-a efetivamente ao alcance de todas as crianças

e jovens do Estado. O grande objetivo, a ser cumprido dentro do quadriênio do mandato governamental, é consolidar um ensino público moderno, bem aparelhado e democrático, capaz de ensinar todas as crianças a ler, escrever e contar, no tempo devido – e com a correção desejável. (RIBEIRO, 1989, p. 35)

Segundo Ribeiro, essa deliberação foi assumida em consequência da necessidade de alfabetização de grande parte da população, pois em uma sociedade de cultura letrada, o analfabeto e o insuficiente instruído passam também a integrar o campo dos historicamente marginalizados: “E mais ainda, de que quando eles formam uma grande massa, tal como ocorre no Brasil, é a própria nação que se vê condenada a existir à margem de uma *civilização* do seu tempo” (RIBEIRO, 1986). Essa concepção relacionada aos problemas de nação corresponde às colocações de Ribeiro apontada no primeiro capítulo, uma vez que a alfabetização é vista como um dos principais pilares para o desenvolvimento.

O Programa contou com a participação de 52 mil professores do sistema público. Buscava-se ter como princípio o debate em torno a educação, mas partindo das instâncias em que trabalhavam. Em seguida ao debate entre todos os professores, foram eleitos 1.000 representantes para os encontros regionais com a finalidade de examinar as opiniões predominantes na região. Em consequência dos debates regionais, foram eleitos 100 representantes para a discussão relacionada a redação final do projeto. Após os encontros e debates com os professores do Estado, o governo estabeleceu doze metas para a melhoria da educação:

1. Acabar com o terceiro turno, garantindo que a criança permanecesse no mínimo 5 horas na escola;
2. Cursos de reciclagem para o professor mais antigo, de modo que conseguisse exercer plenamente as suas funções;
3. Reavaliar todo o material didático entre aos alunos;
4. Garantir minimamente uma refeição completa a cada criança;
5. Assegurar a todas as crianças que necessitavam o material didático, contudo dando-se atenção as favelas, baixadas fluminense e interior do Estado;
6. Fornecer por meio da escola assistência médico-odontológica, além de criar um centro de ações preventivas em defesa dos alunos e das crianças da redondeza (essas ações se desenvolveriam em conjunto com a Secretária de Saúde);
7. Implementação de 150 *casas da criança* com a finalidade de abrigar crianças de 4 a 7 anos, dando-lhes banhos, comida, assistência médica e atividades pré-escolares;
8. A construção dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs nas áreas de baixa renda e alta densidade demográfica;

9. A criação do Programa Educação Juvenil no horário noturno nos CIEPs, com intuito do retorno de jovens de 15 a 20 que haviam abandonado a escola;
10. As *Escolas Demonstração* para que a proposta pedagógica aplicada fosse avaliada;
11. A valorização e participação dos profissionais da educação; E
12. Estabelecimento dos requisitos de formação pedagógica e experiência docente para o desempenho no cargo de direção da escola.

Por fim, Ribeiro expõe que todas as metas presentes no Programa representavam o maior volume de investimento a educação proporcionado pelo governo pedetista liderado por Leonel Brizola. A alta concentração de gastos no setor educacional possibilitaria a recuperação do ensino público no Estado, em virtude de essa ser a prioridade da administração pedetista.

De todas as metas, deve-se analisar com mais especificidade os CIEPs, em razão de terem se tornado a principal marca da gestão *trabalhista* e terem se tornado a principal marca do projeto de educação orquestrado por Ribeiro. Diante disso, além de estarem vinculadas a áreas de baixa renda ou com insuficiência por parte da máquina pública para atender as necessidades locais, os CIEPs foram concebidos de maneira progressiva, originando uma nova rede de escolas que funcionariam em tempo integral.

Essas novas escolas tinham como parte de seus atributos o funcionamento prolongado, se comparado com as escolas públicas existentes no período em que foram concebidos. Assim, funcionariam de 8 horas da manhã às 17:00, com a finalidade de atender mil crianças por dia durante primário e ginásio (Curso de alfabetização a 8^o série)¹⁶. À noite, essa mesma escola abrigava o *Programa Educação Juvenil*, projeto que tinha como propósito receber alunos analfabetos ou insuficientemente instruídos. Além de contar com centro médico, cozinha, refeitório e um ginásio coberto para práticas esportivas e espetáculos culturais.

Ribeiro afirmava que além das crianças terem acompanhamento médico-odontológico, realizavam quatro refeições por dia e tomavam banho dentro da própria escola. Os CIEPs traziam uma proposta inédita para a educação brasileira, o projeto de Alunos-Residentes. A proposta possibilitaria as crianças sem família a morarem dentro da própria escola, em apartamentos especiais projetados por Oscar Niemeyer. “Essas crianças frequentam as aulas durante o dia e, à noite, permanecem nos CIEPs em grupos de até 12 meninos ou 12 meninas, que são cuidados por casais selecionados e treinados para a tarefa de orienta-los” (RIBEIRO, 1986, p. 17)

¹⁶Atualmente o Curso de alfabetização passou a ser considerado 1^o ano. Com essa mudança o ginásio passou a ir até o 9^o ano.

Dessa forma, pode-se notar que as ideias apontadas pelo projeto de Darcy Ribeiro estão concatenadas com o que é visto como problema por parte de sua teoria. Em vista disso é possível observar as correspondências entre as causas e as soluções na visão do intelectual. Essas características se tornam mais latentes uma vez que o projeto educacional se encontra voltado a atender, principalmente, as demandas das crianças mais pobres, essas diretamente enquadradas como consequência da marginalidade e discriminação como colocado pelo autor.

3.2 O problema da educação em Paulo Freire

Paulo Freire, por sua vez, afirmava que o problema educacional brasileiro possuía duas raízes: quantitativa e qualitativa. O problema quantitativo se referia à insuficiência de escolas construídas para atender a procura das crianças que possuíam idade escolar naquele momento. Em relação ao qualitativo, o educador afirmava “a inadequacidade do currículo entendido o conceito no máximo de sua abrangência” (FREIRE, 1991). Ou seja, havia uma crítica também ao conteúdo apresentado pelas instituições escolares, no qual as temáticas reproduzidas em sala de aula eram vistas com estranheza por parte do alunado popular. Nesse sentido, existe a aproximação entre Freire e Ribeiro, uma vez que os dois acreditam que só a construção de escolas não resolveria o problema, mas uma política de inclusão efetiva, na qual o alunado popular também fosse contemplado diante das suas peculiaridades.

Apesar dos diferentes déficits educacionais, para o autor não era possível resolver o dilema educacional brasileiro apenas solucionando a falta de escolas ou modificando o currículo presente. Seria necessário também aumentar o número de escolas e rever o material utilizado no ambiente escolar.

Se se amplia a capacidade de atendimento das escolas em face da demanda, cedo ou tarde haverá pressão no sentido de mudança no perfil da escola. Se se tenta a democratização da escola, do ponto de vista de sua vida interna, das relações professores-alunos, direção-professores etc. e de suas relações com a comunidade em que se acha, se se busca mudar a cara da escola, cresce necessariamente a procura a ela. (FREIRE, 1991. p. 21)

Entretanto, além da construção de mais salas de aulas, era também necessário mantê-las bem cuidadas, limpas, alegres e bonitas. Ao mesmo tempo em que só modificar o currículo não bastava, seria necessário exercer naquele espaço um ensino competente, com alegria e imaginação, possibilitando a liberdade do exercício e a criação por parte dos alunos. A liberdade

vista como um dos pilares para a emancipação do oprimido, também é vista como uma das soluções em sua compreensão relacionada a um melhor método de ensino.

Freire, assim como Ribeiro, compreendia que os problemas da educação atingiam de forma mais dura as crianças de famílias pobres. Uma vez que essas crianças não comiam, nem se vestiam e muito menos sonhavam. Quando esses alunos não se encontravam excluídos no ambiente escolar, eles eram marginalizados em meio a prática educativa. Essa exclusão era consequência dos critérios de avaliação utilizados e também na formalidade presente nos livros intelectualizados. Assim, havia o favorecimento das crianças das classes sociais privilegiadas, visto que a experiência dessas crianças se resultava no seu vocabulário vasto e valorizado pela escola. Dessa forma, coincidiam com os critérios de *bom e correto*¹⁷ estabelecidos pela escola.

O resultado era a dificuldade e estranheza produzida a esse sistema de ensino pela criança popular. Os jovens pertencentes as classes desfavorecidas possuíam “o saber da experiência feito”¹⁸. Uma das razões para essa estranheza, não se constituía apenas na falta de domínio da escrita ou dos vocabulários escolas, mas a ausência das coisas e na ação direta. Dessa forma, se constitui mais uma aproximação entre Freire e Ribeiro, visto que para o trabalhista, a criança pobre desenvolvia habilidades vinculadas as suas práticas cotidianas e sobrevivência.

Contudo, Freire expressa que os déficits da educação não atingiam apenas as crianças populares, mas também as privilegiadas socialmente. O método de ensino não permitia o pleno aprendizado, impossibilitando que o conhecimento fosse adquirido em sua plenitude em sala de aula.

Além da estranheza como o modelo proposto, foram também apontados outros elementos que contribuíram para fracasso do ensino em São Paulo. O educador afirmou que antes da construção de novas escolas, seria necessário a reparação das já existentes. A antiga gestão havia deixado prédios escolares com tetos caindo, pisos afundados e instalações elétricas que colocavam a vida de todo alunado e profissionais presente nas instituições em risco (FREIRE, 1991).

É impossível pedir aos alunos de escolas tão maltratadas assim e não por culpa de suas diretoras, de suas professoras, de seus zeladores ou deles, que as zelam. Nem uma das diretoras de todas essas escolas quase devastadas deixou de solicitar várias vezes a quem de direito o reparo das mesmas. (FREIRE, 1991, p. 24)

¹⁷ A linguagem concebida para ser um mecanismo de comunicação, no ambiente escolar passa a adquirir status social pela riqueza do vocabulário por sua estética ou estilo. Independente da escola se propor a tratar todos os alunos de maneira igual, todo processo histórico familiar, individual, existencial e regional também contribui para a formação linguística dessa criança. Inclusive podendo ser considerado também a identidade desse indivíduo que ingressa no sistema de ensino.

¹⁸ Expressão utilizada por Paulo Freire.

Em suas considerações enquanto secretário de educação, Freire buscou fazer uma associação entre estrutura física e modelo pedagógico. Sendo na visão dele, esses os grandes problemas que deveriam ser solucionados à frente da secretaria do município de São Paulo. Diferentemente de Ribeiro, o coordenador paulistano se encontrava voltado a explicar apenas o caso referente ao local, na qual a sua prática teria influência.

Embora Freire, enquanto secretário, tenha buscado levar em consideração as questões materiais presente nas escolas, o mesmo levou a cabo a questão existencial das escolas e do alunado. Assim, o pressuposto Freireano existencial se encontra vinculado com a sua leitura da realidade paulistana, sendo também esse elemento que limita uma formulação mais ampla em relação a educação, diferentemente de Ribeiro, que busca explicar a sua área de atuação e as demais.

3.2.1 O projeto de Freire

Com a eleição de Luiza Erundina a prefeitura de Cidade de São Paulo em 1998, o Partido dos Trabalhadores começou a elaborar o seu projeto de governo. Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres afirmam que o resultado positivo no pleito municipal pegou todos de surpresa. Por essa razão, os planos de governo foram planejados no calor ideológico da confrontação, com a finalidade de marcar as diferenças entre outras possíveis administrações municipais. Em consequência do imprevisto eleitoral, não houve tempo nem espaço para a definição dos planos técnicos da nova administração do município paulista (FREIRE, 1991).

Com o Partido dos Trabalhadores desenhando o seu projeto de governo próximo ao resultado eleitoral, ainda havia a indefinição dos nomes que iriam dirigir as diferentes secretarias. Porém, a pasta da educação já tinha a sua referência, o nome escolhido foi o do educador e pensador Paulo Freire. O novo secretário que havia aderido as ideias do partido ainda no exílio, era visto como o principal expoente da concepção educacional do partido, se considerando inclusive um educador petista (FREIRE, 1991).

Freire era o símbolo da mudança educativa que o PT propunha para a população de São Paulo. Ademais, esse educador, que viera de um exílio de mais de quinze anos, encontrava-se em São Paulo, tendo reaprendido o Brasil após regressar e viajar incessantemente, dando palestras, ouvindo professor, o dirigente sindical e político, o camponês, a mulher trabalhadora, o trabalhador industrial, o morador de favela, o “Gramsci Popular” (FREIRE, 1991, p. 13)

Como educador Petista, Freire afirmava que o projeto educacional do seu partido possuía caráter político e ideológico explícito, em vista disso, a sua proposta se encontrava voltada para os setores populares em alinhamento com os movimentos sociais. Essa escola tinha por necessidade acatar e respeitar os métodos de aprendizagem populares que se encontravam fora do padrão científico, mas levavam aos mesmos resultados. Por isso ele afirmava:

À política educativa de um partido que, sendo *popular*, não é *populista*, sendo *revolucionário*, não é *autoritário*; sendo *democrata*, não é *democratista*, sendo educador, se reconhece educando dos movimentos sociais populares. A educação que um partido assim precisa de pôr em prática e aperfeiçoar é tão política e se acha tão de ideologia quanto a que qualquer partido conservador planeja (Freire, 1991, p. 28)

Da mesma maneira que Ribeiro, Freire como secretário colocava que a sua proposta pedagógica tem por objetivo atender principalmente aos interesses dos desprivilegiados. Entretanto, ainda assim, a sua secretaria não se negaria a olhar para as crianças bem-nascidas da cidade. Diante disso, o seu projeto tinha como intenção uma escola pública popular, mas não *populista*, rejeitando o elitismo, mas ao mesmo tempo toda mentalidade que possuísse raiva das crianças privilegiadas. Sendo assim, a sua escola pública tinha como característica o respeito às diferentes classes, formas de ser e culturas do seu respetivo estudante.

Como pode-se notar, a utilização do conceito populista por parte de Freire, se opõe a um projeto organizado por um restrito grupo que pensa a educação, como foram os CIEPs no Rio. Nesse sentido, ainda existem as permanências na argumentação do seu projeto correspondentes as suas compreensões e também a do seu partido.

A secretaria de educação paulistana empregava na época mais de um terço do total do funcionalismo do município. Sendo um dos espaços de decisões mais presente e influente na vida quotidiana dos setores populares da capital. Em virtude da sua visão em relação a educação, Freire buscou executar na administração de Erundina uma *escola pública popular*¹⁹.

A qualidade dessa escola não deveria ser mensurada apenas pelo conteúdo transmitidos e assimilados, mas também pela solidariedade de classe presente em seus componentes, contando com a participação dos pais. Desta forma, tornaria a escola um espaço de organização voltado aos interesses das classes populares.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repressões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito da sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda sociedade. (Freire, 1991, p. 16)

¹⁹ Definição Freireana.

Para Freire, essas distinções eram fundamentais para marcar o seu projeto educacional. Segundo o próprio, sua proposta era de um partido de esquerda, não podendo se assemelhar com os projetos das organizações políticas conservadoras. Por essa razão, alertava aos educadores progressistas para que os seus métodos fossem coerentes e diminuíssem as distâncias entre suas teorias relacionadas a uma boa educação e suas práticas cotidianas que divergiam dessas ideias.

Com relação às metas do projeto Freireano, foi colocado como principal propósito mudar a cara da escola, materialmente e fisicamente. Assim, “transformando as escolas em centros de criatividade, em que se ensinaria e se aprenderia com alegria” (FREIRE, 1991). É importante destacar que antes da sua posse na secretária de educação, Freire relatou que encontrou uma rede de ensino com muitos problemas estruturais; poças d’água e fiações descobertas.

Por esse motivo, a defesa do bem público ganhou espaço na compreensão educacional e no projeto de Freireano. A demonstração de respeito as dependências dos municípios se tornaram fundamentais, pois só com essa consideração seria possível o zelo por parte dos alunos que utilizariam as escolas ao longo do ano, em virtude de “o ético está muito ligado ao estético” (FREIRE, 1991, p. 34):

Não podemos falar aos alunos da boniteza do processo de conhecer se sua sala de aula está invadida de água, se o vento frio entra decidido e malvado sala a dentro e corta seus corpos pouco abrigados. Neste sentido é que reparar rapidamente as escolas é já mudar um pouco a sua cara, não só do ponto de vista material, mas, sobretudo, de sua alma. Precisamos deixar claro que acreditamos em quem e respeitamos que se acha nas bases. Reparar, com rapidez, as escolas é um ato político que precisa de ser vivido com consciência e eficácia (FREIRE, 1991. p. 35)

Para o cumprimento dos reparos, uma das assessoras da secretaria sugeriu a criação de uma “Frente de trabalho”. Essa frente envolveria também as secretarias municipais de obras e de finanças, afim de estabelecer os reparos necessários. Já a secretaria de educação precisaria de mais dinheiro em relação ao montante disponibilizado pela prefeitura. Além disso, Freire entendia que a participação dos movimentos sociais – sociedade civil em geral – era importante para o desenvolvimento de uma boa escola. Isso se reflete diretamente no seu projeto educacional que apresentava quatro objetivos:

1. Ampliar o acesso e a permanência dos setores populares – virtuais únicos usuários da educação pública;
2. Democratizar o poder pedagógico e educativo para que todos alunos, funcionários, professores, técnicos educativos e pais de família, fossem vinculados num planejamento

autogestionado, aceitando as tensões e contradições sempre presentes em todo esforço participativo, porém buscando uma *substantividade* democrática;

3. Incrementar a qualidade de educação, mediante a construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente; E
4. Contribuir para eliminação do analfabetismo de jovens e adultos.

Além dos quatro objetivos, outros instrumentos políticos foram implementados como: a restauração de prédios e bancos escolares afetados em consequência da falta de investimento da administração anterior. Também olhando para antigas gestões, Freire buscou resgatar os *conselhos de escolas*, proposta formulada durante a administração de Mario Covas (1983 – 1985), mas não implementadas.

O resgate desses conselhos permitiria a negociação de uma escola democrática, possibilitando a reforma curricular e a produção de mecanismos para a formação permanente de professores e avaliadores. Por fim, como forma de redução do analfabetismo, o órgão de educação em parceria com os movimentos populares produziu o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, popularmente conhecido como MOVA, na cidade de São Paulo. O programa ficou conhecido como a síntese da proposta Freireana de participação, contando com a assinatura de 90 movimentos sociais. As propostas do movimento eram:

- Reforçar e ampliar os trabalhos dos grupos populares que já trabalhavam com a alfabetização na periferia de São Paulo;
- O desenvolvimento de um projeto de alfabetização que possibilitasse aos educandos uma leitura crítica da realidade;
- Através do movimento de alfabetização, contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos educandos e dos educadores envolvidos; E
- Reforçar o incentivo a participação popular e a luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular.

Apesar das aproximações em relação ao problema da escola, Ribeiro e Freire possuíam, como apontado no texto, diferenças consideráveis. Essas diferenças estão vinculadas a concepção dos seus partidos e principalmente a forma em que os dois enxergavam as causas dos problemas sociais. Em ambas constatações, eles compreendiam que a escola se constituía de maneira distinta para as crianças das diferentes classes sociais.

Desse modo, embora a escola tivesse como prerrogativa o tratamento de todos de forma igual, essa igualdade os tornava diferentes. Por isso, a observação relacionada as causas dos problemas, além de corresponder com as próprias formulações dos autores, uma vez que para

eles uma educação eficiente tinha por necessidade compreender a realidade do seu alunado, tendo o atenuante Freireano do diálogo. Assim, as ideias relacionadas aos problemas se encontram em Ribeiro como uma consequência do atraso social e civilizatório brasileiro e em Freire como elemento da opressão presente em sua observação.

Em suas compreensões, ambos tinham como proposta superação de um modelo de ensino que não funcionava para a população mais pobre. A crença era que essas relações em sala de aula poderiam se desenvolver de maneira diferente, no caso de Freire visando a pluralidade, o diálogo e a plenitude do aluno. Ou capacitando e possibilitando a inserção do aluno na sociedade letrada e civilizada - na concepção de Ribeiro. É preciso destacar que para os dois intelectuais, essas ideias só seriam possíveis por meio de um corpo docente que compreendesse as particularidades e deficiências do seu alunado com relação as demandas de uma boa educação pública.

3.3 Testemunha ocular da história: a leitura e o relato

Lia Faria em “*A utopia possível: revisitando os CIEPs do Rio de Janeiro*” e Dalva de Souza Franco em “*A gestão Paulo Freire à frente da Secretária Municipal de Educação de São Paulo*” também contribui para estabelecer essa comparação entre os dois autores. É importante colocar que além de escrevem sobre os projetos de Ribeiro e Freire, as duas autoras foram testemunhas oculares do funcionamento das distintas formulações educacionais.

As duas autoras colocam que os dois projetos enfrentaram problemas em razão das administrações anteriores. Ribeiro, por compor um governo eleito durante o regime militar, enfrentou a resistência de diferentes grupos políticos e até mesmo por parte da mídia. A sinalização desses problemas se expressou no dia da eleição de Brizola com o escândalo da Proconsult – empresa que apuraria os votos daquela eleição. A mesma tinha interesse na eleição de Moreira Franco, adversário do líder pedetista e apoiado pelo regime militar (FARIA, 2017). Além disso, o novo governo enfrentaria práticas políticas-clientelista e a estrutura da máquina política do *chaguismo*, coordenada pelo ex-governador Chagas Freitas.

Já a administração municipal de Erundina sucedeu o ex-prefeito Jânio Quadros. Para os petistas, a maior dificuldade enfrentada pela gestão eleita seria motivar a participação popular, uma vez que herdariam uma administração pública, notabilizada na concepção do partido por uma estrutura burocrática e centralizadora. Assim, colocando entraves na perspectiva política

do partido em transparecer a gestão e democratizar os serviços oferecidos pela prefeitura. Também é importante colocar que Jânio Quadros, assim como os Vargas e seus herdeiros, era visto como um populista pelos integrantes do Partido dos Trabalhadores, de modo que promovia também políticas assistencialistas e governava de maneira autoritária.

A contextualização do momento histórico em que os projetos foram executados é importante para compreendermos os limites impostos pela conjuntura e como os discursos e as práticas das administrações enfrentavam esse problema. As duas autoras buscam produzir suas leituras levando em consideração os respectivos momentos, no qual as ideias foram executadas.

Para Faria (2017), os CIEPs foram a representação da formulação e construção política mais complexa na história da educação do Rio de Janeiro. Desta forma, a luta pela escola em tempo integral era muito mais do que uma disputa política restrita a partidos ou candidatos, mas a *utopia possível*, que deve ser sempre defendida por educadores presentes na rede pública. É de reconhecimento da autora que os CIEPs é uma iniciativa de Darcy Ribeiro, que teve como inspiração as concepções educacionais presentes em Anísio Teixeira. Mas também deve-se considerar a sensibilidade de Leonel Brizola em torno da importância da educação para o desenvolvimento social brasileiro, de forma que é colocada como prioridade em seu governo.

Embora não seja apontado no projeto de Ribeiro, a autora coloca algo relevante que a mesma acredita ter sido fundamental para a concretização dos CIEPs. Esse elemento é a formação das lideranças ligadas a educação presentes no projeto. Esses profissionais não foram formados durante o regime, mas nos anos 1960. Esse fato é visto por Faria como substancial para o sucesso da concepção política do intelectual pedetista, uma vez que essa geração possuía uma consciência crítica forjada no movimento estudantil da época. Assim, “o compromisso com as classes populares e com a escola pública fazia parte do inventário desses profissionais que iriam compor também as equipes de implementação dos CIEPs” (FARIA, 2017, p. 100). Por esse motivo, a concepção era tratada como uma *paixão coletiva* que tinha por interesse a reconstrução da educação brasileira.

Por essa razão, a autora afirma que Ribeiro enxergava o diretor do CIEP como um líder presente na escola e na comunidade em a instituição funcionava. Do mesmo modo que o professor se tornava uma força que estimularia a melhoria do ensino defendido por ele. Deve-se destacar que além dos professores, as merendeiras, inspetores e demais funcionários eram vistos também como colaboradores, assim não executando apenas as funções tradicionalmente delegadas.

Entretanto, no texto de Faria é possível encontrar críticas ao projeto de Ribeiro. Ana Chrystina Venâncio coloca que os CIEPs teriam sido consolidados de maneira desordenadas e

em lugares estratégicos, representado os interesses de partidos políticos e dos seus idealizadores. Luiz Antônio Cunha também tece críticas, na qual coloca que as teses defendidas pelo governo foram avaliadas de forma negativa por parte dos educadores. Entretanto, embora o projeto não tenha apresentado satisfação plena no que se refere as metas defendidas e as críticas por parte dos educadores, o projeto de Ribeiro apresentou um forte rendimento eleitoral nacionalmente e fora do país. De modo que se tornou plataforma política de candidatos vinculados a outros partidos políticos. Já para Nacif Xavier, o projeto educacional trabalhista contou com a adesão de vários professores, da mesma maneira que contou com a simpatia da população do Rio de Janeiro. A mesma complementa que a repulsa às escolas integrais estava ligada a outros aspectos, como o preconceito histórico por parte das camadas dominantes a população mais pobre (FARIA, 2017).

Essas percepções apontadas por Faria (2017) podem ser consequência da experiência ou da análise direta dos observadores ao projeto. Da mesma forma que professores contribuíram na concepção de Ribeiro, outros buscaram contribuir formulando e sugerindo, por ora sendo aplaudido, tendo as sugestões publicadas nas atas dos encontros, mas nunca implementadas, como apontada por Faria (2017).

Outro ponto destacado é o retorno do curso de alfabetização (CA) e a separação dos cursos de história e geografia que durante o regime militar eram aplicados juntos por meio da disciplina Estudos Sociais. Essa mudança no currículo é vista pela autora como o somatório de proposta do governo, dos professores e das comunidades que herdavam o projeto. Com essas mudanças o tempo da criança no ciclo aumentou e possibilitou ampliação da reflexão dos alunos em consequência da separação entre história e geografia. Por isso, na concepção de Faria (2017), os CIEPs são a representação da disputa ideológica de distintas visões em torno da educação.

Leonel Brizola, quando se candidatou para o governo do Estado do Rio de Janeiro, afirmou que queria continuar o trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart e Roberto Silveira. Dessa forma, em conjunto com Darcy Ribeiro, o governador se propôs a resgatar os princípios do trabalhismo. A instrução do povo brasileiro é uma questão importante na lógica trabalhista, uma vez que ao atingir uma cultura elevada não se tornaria vítimas de charlatões e teria condições de defender os seus verdadeiros interesses na esfera política. Consequentemente criando uma mentalidade que possibilitasse a alteração da ordem social. Desse modo, as duas questões substanciais para os trabalhistas estão vinculadas ao projeto: desenvolvimento nacional e educação. Sendo o desenvolvimento possível só por meio da educação efetiva e que crie consciência na população.

Já Dalva Franco (2014), analisando a gestão de Freire na cidade de São Paulo, aponta que um dos principais problemas enfrentados foi a hierarquia que decidia os diretores das escolas por meio de medidas extremamente autoritárias. Esse modelo era uma das consequências da administração liderada por Jânio Quadros, na qual tinha secretário de educação Paulo Zigg. Para a autora, a monopolização das decisões era uma prática histórica do antecessor da administração petista, assim influenciando toda as outras secretarias.

Ao assumir a secretaria, Freire passou a debater os rumos da educação em diversos espaços e com diferentes grupos. Assim, percorreu a cidade com a sua equipe de trabalho; indo a universidades, encontrando com os profissionais da área de educação e também com movimentos da sociedade civil, a fim de debater e aprofundar a sua proposta educacional. Essas práticas foram consequências da crença em construir uma escola pública popular (FRANCO, 2014).

Entretanto, como já apontado anteriormente, ao realizar a fotografia das escolas na cidade de São Paulo, o autor com a sua equipe identificou diversos problemas presentes, como a falta de carteiras para alunos e professores, além da deficiência dos prédios escolares. Por essa razão, criaram-se movimentos na sociedade civil com a intenção de suprir a falta de assistência educacional por parte do Estado, e assim surgiram grupos de ensino, mas que não eram considerados legais pelo poder público.

Embora existisse o impasse por conta da falta de estrutura, a equipe petista ainda tinha a crença na construção da escola pública dos sonhos, sendo um espaço prazeroso, bonito e de alegria. Contudo, essa construção só seria possível por meio da construção coletiva que incluía os movimentos da sociedade civil. Da mesma maneira, seria necessária uma gestão pautada na transparência e verdade. Por esse motivo, a secretaria procurou expor todas as informações relacionada a pasta da educação, mas sem a intenção de impor métodos ou teorias, apenas apontando caminhos que possibilitaria mudanças na área.

Com o intuito de promover um modelo democrático, a gestão Freireana também se propôs a alterar as estruturas burocráticas do Estado, substituindo as Delegacias Regionais do Ensino Municipal por Núcleos de Ação Educativa. Dessa forma, criaria meios para romper com a organização hierárquica que se desenvolvia de cima para baixo, estabelecendo assim as instâncias que promoveriam a assistência, o acompanhamento e o planejamento participativo. Os seus representantes seriam eleitos por meio de suas bases de atuação, estabelecendo a relação entre os núcleos e as localidades de atuação. Ou seja, um movimento de demanda da base para os núcleos.

É nítido que a ideia de democracia e participação de Freire se encontra intimamente ligada com a proposta de “mudar a cara da escola” como colocado nas suas formulações referentes a educação. Essa concepção crítica e política sustentada por Freire possibilitou, segundo Franco (2014), a reformulação curricular e também a permanente formação dos professores do município.

Deve-se destacar que o currículo é visto de forma elementar para a transformação da educação e da escola que o petista tanto almejava. Esse protagonismo curricular se desenvolvia pela crença que somente alterando e permitindo a liberdade dos educadores seria possível conceber uma educação dialógica e libertaria como o autor defendia. Já a formação permanente seria a maneira do professorado compreender a atuação da escola por meio da inversão curricular.

A formação permanente era realizada nos “grupos de formação”, organizados pelas equipes dos NAES, formadas pelas equipes da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) e da Universidade, junto com os professores, quando ocorria a reflexão sobre a prática, em palestras, cursos, congressos e atividades culturais. (FRANCO, 2014, p. 114)

Angelica Riello de Souza, em *“Resistência e desistência: os conflitos na experiência Paulo Freire como secretário municipal de São Paulo”*, afirma que durante a administração petista, o grande interesse e ideia defendida pelo partido era que o Brasil estava experimentando pela primeira vez pós redemocratização e na maior capital do país, uma formulação política educacional de um partido progressista. Essas ideias estão concatenadas com a percepção do partido e até mesmo de Freire, quando o assunto é a administração.

Embora os integrantes do Partido dos Trabalhadores acreditassem serem os únicos progressistas naquele momento histórico, os dois projetos foram executados por duas figuras historicamente ligadas ao campo da esquerda brasileira e que reconheciam a existência de um problema social que desagua na educação com favorecimento de uma classe em detrimento de outra. Paulo Freire e Darcy Ribeiro, enquanto secretários, propuseram projetos com distinções bem acentuadas. Essas diferenças são expostas claramente por Paulo Freire. Contudo, é necessário destacar que o petista executou o seu projeto educacional posteriormente a execução da proposta trabalhista. Desta maneira, sofrendo a interpelação sobre as motivações das diferenças.

Essas diferenças podem ser vistas na resposta de Paulo Freire ao ser perguntado sobre as convergências e divergências do seu projeto em relação aos CIEPs. O secretário petista respondeu:

Não penso em divergências ou convergências entre o que estamos projetando aqui e agora e os Cieps. A mim me interessa, já que você fez a pergunta, deixar claro ser impossível pensar a prática educativa, portanto a escola, sem pensar a questão do tempo, de como usar o tempo para aquisição de conhecimento, não apenas na relação

educador-educando, mas na experiência inteira, diária da criança na escola. A escola progressista séria, não se pode estragar o tempo, botar o tempo a perder de a criança conhecer. Mas só a partir, me parece, de um limite mínimo de tempo para a prática escolar é possível pensar em como usá-lo de forma produtiva. Esse limite pra mim, é de quatro horas. (...) A questão do tempo está posta no centro da concepção dos Cieps, o que já lhes dá um indiscutível crédito. (FREIRE, 1991, p. 47)

Ainda, o secretário petista considera que uma escola pautada no tempo integral pode vir a desperdiçar o tempo de aprendizado da criança, uma vez que tempo não é a garantia de aquisição de conhecimento. De modo que não afeta apenas a relação entre educando e educador, mas toda experiência com a escola. Assim é preciso saber utilizar esse tempo com outras atividades.

Embora Freire faça apontamentos vinculados ao tempo em que as crianças passam em sala de aula, a discordância colocada vai para além dessa prerrogativa. A diferença se encontra vinculada não apenas à proposta educacional de cada um, mas às compreensões para a superação do problema brasileiro e até mesmo as escalas em que formularam as suas teorias. Diferentemente de Freire que enxergava a escola como um espaço para a educação, Ribeiro acreditava que a escola era um dos locais em que seria possível desenvolver um projeto educacional, mas também civilizatório.

Essa colocação se encontra vinculada como os apontamentos de Lynch (2011), nesse sentido, Freire estaria ligado a um pensamento social que acreditava em uma sociedade que teria a capacidade de formular as práticas do Estado, enquanto Ribeiro estaria ligado a uma concepção do Estado formulando a sociedade por meio de um processo civilizador e integrador.

Assim, na visão do secretário fluminense, a razão social era a garantia da segurança daquela criança, uma vez que estaria protegida dentro do ambiente escolar. A proteção se caracteriza na impossibilidade desse jovem ter contato com hábitos e costumes marginais, como drogas e práticas criminosas. Além disso, havia a garantia que os pais desses alunos pudessem ir trabalhar tranquilamente sabendo que as crianças não ficariam nas ruas, mas orientadas e protegidas pelo Estado.

Esse argumento de proteção pode ser visto também durante a fala Leonel Brizola na inauguração do CIEP na Favela da Maré. O governador destacou que a condição das crianças passarem o dia inteiro dentro da instituição em tempo integral possibilitaria que as mães trabalhassem como os maridos – fora das suas residências. Elas não teriam mais que se preocupar em razão dos seus filhos estarem dentro da escola²⁰.

²⁰ Este conteúdo se encontra nas falas de Darcy Ribeiro em comícios durante a sua candidatura em 1986 para o governo do Estado do Rio de Janeiro e na inauguração do CIEPs na favela da Maré.

Já a noção pedagógica-civilizatória, em seu primeiro momento se desenvolve sob o argumento de que o Estado brasileiro não se propôs a olhar e educar as suas crianças, por isso era necessária a realização do projeto. Em seguida, era garantia de que as crianças aprenderiam o conteúdo da escola, visto que se estruturariam pedagogicamente, não só do mesmo modo que as crianças da classe privilegiadas, mas também estariam seguindo um modelo que deu certo em todo o mundo civilizado.

Ribeiro utilizava como argumento político em defesa do seu projeto que no mundo todo havia CIEPs, não sendo essa uma invenção sua e brasileira. As crianças, nos países civilizados para aprender a falar a língua nativa, precisavam passar oito horas no ambiente escolar. Constituindo-se assim a única forma desse jovem marginalizado ser inserido na civilização letrada e superar todo descaso promovido pelo do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, a escola permitiria esse jovem desenvolver hábitos civilizados, se desarmando em relação aos seus antigos costumes²¹.

Paulo Freire, diferente de Darcy Ribeiro, tinha uma preocupação exclusiva com o modelo educacional, mas não de escola. Freire afirmava “que não era possível falar em nome das classes populares, ao mesmo tempo, considerar que elas não têm suficiente maioria para dirigir-se”. O secretário de São Paulo acreditava em uma educação democrática, formulada em parceria com a sociedade civil. Por isso, não era possível amarrar os professores em nome de pacotes carregados por convicções e sabedoria pessoal²². Talvez seja essa a principal divergência com relação às crenças, práticas e críticas presentes nas formulações dos intelectuais e de seus respectivos partidos.

3.4 Correspondências: pensamento, partido e educação

Durante as formulações dos seus projetos, Ribeiro e Freire buscaram colocar como questões centrais as compreensões de seus partidos. Contudo, embora os dois fossem responsáveis por formarem intelectual e materialmente as suas organizações e ainda formularem os projetos educacionais de seus partidos, os dois se afastavam em torno da importância do partido nos projetos educacionais. O principal elemento que indica esse afastamento são as suas declarações, uma vez que Ribeiro afirma:

²¹ Filme: Brizola - Tempos de Luta. Diretor: Tabajaras Ruas. 2007.

²² Op. Cit. Freire, 1991. P. 29

A escolha da educação como prioridade fundamental responde, essencialmente, a ideologia socialista-democrática do Partido Democrático Trabalhista de Leonel Brizola. (Darcy Ribeiro, 1986, p. 16)

Já Freire quando perguntado qual era a diferença, na prática, da proposta petista em relação as demais propostas pedagógicas, coloca que:

Apesar de me saber um educador petista – aderi ao PT quando ainda me achava na Europa – não gostaria de dar à minha resposta a cor do discurso de quem fala em nome de meus companheiros. Sem pretender, de maneira nenhuma, dar a impressão de ser personalista, prefiro falar um pouco de como penso, convencido de que, substantivamente, me coloco no horizonte do PT. Por outro lado, não gostaria tampouco, de fazer paralelos, eu mesmo, entre o que penso e o que faço, como educador petista, e o que pensam e fazem educadoras e educadores de outros partidos. (FREIRE, 1991, p. 27)

Nesse sentido, observa-se em Ribeiro uma relação direta entre uma proposta efetiva de educação, não só como consequência da sua teoria, mas por ser uma das principais demandas para o desenvolvimento na perspectiva trabalhista. Este fato também pode ser observado na leitura de Gomes (2015) em relação ao trabalhismo e no texto de Faria (2017), uma vez que as autoras também colocam que durante o regime Vargas a educação era vista como uma das principais bases do seu projeto nacional.

Já o discurso de Freire aponta para algo que ainda estava se constituindo. Essa afirmação pode ser vista nas colocações de Gadotti e Alberto sobre a escolha do autor para a Secretaria de Educação, quando indicam que o PT ainda não havia pensando em nomes para compor a administração paulistana liderada pela Luiza Erundina. Entretanto, deve-se colocar que a escolha de Freire foi vista como a personificação intelectual e material da perspectiva educacional do partido.

As articulações relacionadas aos projetos educacionais se encontram nos dois secretários em *particular*. Por essa razão, esses enunciados expostos sendo também consequência das ideologias de seus partidos. Entretanto, existem concepções restritas aos partidos incorporadas pelos autores e como já colocado elementos presentes nas teorias de Freire e Ribeiro imbuídos nas formulações partidárias.

Assim como enunciado do partido incorporado por Darcy Ribeiro é a atribuição das suas reflexões como secretário a ideologia do Partido Trabalhista, tendo como finalidade o compromisso com a coisa pública. Paulo Freire enunciava o comprometimento com a construção de novo modelo participativo, incluindo movimentos sociais e setores da sociedade. Nesse sentido, havia articulação entre os pensamentos dos autores, enquanto homens públicos à ideologia de seus partidos. Ao mesmo tempo, deve-se evidenciar que além das propostas

educacionais, os projetos estavam compenetrados de retóricas vinculadas à superação do problema educacional brasileiro.

Analisando os discursos em torno das causas dos problemas atribuídos a educação, pode-se constatar que ambos os secretários partem de uma crítica comum como: a deficiência qualitativa do ensino, em virtude de não compreender a realidade e as experiências do alunado mais pobre e conseqüentemente excluindo-o do ambiente escolar. Assim, tendo critério de validade a capacidade da escola em ensinar o estudante popular, ao passo que ambos utilizavam como proposta a construção de uma escola democrática.

Contudo, a concepção de democracia nos autores se desenvolve de maneira distinta, sendo assim, reflexo direto das suas compreensões enquanto intelectuais e também ligada aos seus partidos. Apesar de compartilharem critérios semelhantes em relação ao ensino, ambos os secretários se empossavam de práticas diferentes para estruturar as suas validades enquanto figuras públicas.

Analisando os projetos educacionais e a prática política, deve-se realizar uma diferenciação importante para as propostas; o período em que foram realizadas. Darcy Ribeiro buscou traduzir a situação da criança brasileira como o principal o mau do nosso atraso social em consequência da dependência econômica e da discriminação. Além disso, buscou traduzir a falta de planejamento e o descaso do Estado brasileiro com a criança pobre. Assim, o autor propõe o inverso, trazendo elementos que permitem compreender a sua concepção de escola democrática.

Por isso, a ideia de democracia de Ribeiro se encontra voltada para a inclusão do alunado mais pobre na escola pública. Nesse sentido, o seu projeto corresponde diretamente aos pressupostos da democracia fundada na justiça social existente na experiência e nos preceitos do *trabalhismo*. O interesse em educar, socializar e civilizar perante a tutela do Estado, como já colocado, foi apontado por Gomes (2015) no primeiro capítulo e por Faria (2017). Gomes (2015) explica que para o desenvolvimento nacional, os trabalhistas acreditavam na necessidade de uma política com ênfase na educação, algo também descrito por Farias (2017). Essa política tinha o intuito de preparar os jovens para a servir e transformar a realidade do seu país (GOMES, 2015).

Embora Freire não estivesse fazendo críticas diretas a proposta de Ribeiro, ele utiliza o conceito de *populismo* como forma de desqualificação ou manipulação ou até mesmo o seu partido, se apresentar como a única organização progressista no país. A sua afirmação colocando que uma proposta política ou educacional deve ser popular e construída em parceria

com os movimentos populares e a sociedade civil, reflete a sua concepção de democracia já presente em sua teoria.

Dessa forma, a ideia vigente em seu projeto corresponde diretamente a crença do seu partido político e da sua base social. Deve-se destacar que no manifesto petista tecia críticas contundentes as formulações políticas concebidas de *cima para baixo* e a defesa das decisões tomadas pela maioria excluída socialmente e politicamente, também como apontado por Franco (2015).

O que se identifica nas correspondências entre pensamento social, partido político e projeto são permanência, algumas próximas da concepção colocadas por Lynch (2011). Dessa maneira pode verificar movimentos significativos em torno da Sociedade e do Estado por Freire e Ribeiro. Assim, a questão democrática para os intelectuais é divergente no seguinte ponto: Embora, executando a tarefa política, a concepção Freireana busca traduzir “*o que o povo quer*” partindo da sociedade civil para o Estado. Já Ribeiro, faz o movimento inverso, o seu posicionamento se encontra vinculado com “*o que o povo precisa*”.

Os dois enquanto secretários buscaram em suas práticas a tradução das suas interpretações em relação ao mundo. Essa tradução se desenvolvia também a partir das suas experiências, produzindo esquemas de pensamentos que se divergiam, porém estavam interligados com as suas visões em torno da realidade e de seus partidos. As distintas formulações também eram consequência da compreensão do conceito de *democracia*, não tendo a mesma substância para os dois intelectuais e leitura política das suas organizações.

Contudo, deve-se destacar que as estruturas partidárias influenciaram diretamente na concepção dos projetos educacionais. Essas correspondências se encontram ligadas aos grupos, organizações da sociedade e movimentos sociais. No caso de Freire e o PT, essa relação se expressa pela a iniciativa do MOVA.

Como colocado, os movimentos que demandaram o projeto se encontravam ligados a base social do Partido dos Trabalhadores como; igrejas, universidade e sindicatos. A iniciativa tinha por finalidade criar e reproduzir a lógica defendida pelo partido, a qual era promover um amplo debate da organização política com esses setores da sociedade civil.

Já no caso do PDT e de Ribeiro, em referência a sua base, a todo momento ressaltava a importância do seu projeto para as classes populares, principalmente as existentes nas favelas, Baixada Fluminense e interior do Estado. Embora a questão das classes populares estivesse na teoria do intelectual e expressasse a sua ideologia.

Além disso, outro exemplo é a construção do sambódromo. Apesar da obra ser popularmente conhecida como o espaço de apresentação das escolas de samba, durante um

período foi também um “escolão” que se construiu a partir das demandas dos moradores de favelas e bairros pobres por meio a mediação da Federação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Paulo Freire, assim como o seu partido, representam a novidade política e administrativa na redemocratização. Darcy Ribeiro aliado a Brizola buscou refundar o *trabalhismo*, por meio das suas práticas políticas e educacionais. Dessa forma, se configura a disputa entre o *moderno* e o *tradicional* na área da educação e na esfera política. Entretanto, ambos os intelectuais tinham por interesse a transformação da educação, realidade brasileira e a inserção das classes populares, mas de formas diferentes.

O petista coloca o diálogo, a construção democrática e participação como principal ponto de uma boa educação. Já o pedetista, acreditava em um processo de civilização, de modo que garantisse o bem-estar e a capacitação do alunado para o mundo civilizado, com a finalidade de promover o desenvolvimento nacional e a integração da população historicamente marginalizada.

CONCLUSÃO

Conforme apontado no primeiro capítulo, Ribeiro acreditava que o problema nacional possuía duas raízes: a primeira estava na colonização ibérica e a segunda na submissão aos interesses econômicos dos países capitalistas desenvolvidos. Esses dois movimentos resultaram em problemas econômicos, políticos, sociais e raciais, traduzidos na ideia de dependência e marginalização. Assim, o autor aponta como possibilidade de superação do problema o desenvolvimento nacional e a integração dessa população marginalizada.

Já Freire, apesar de apresentar preocupações vinculadas ao contexto brasileiro, parte de uma teoria crítica menos focada no país e mais nas opressões em geral. A centralidade dos conceitos de opressão e passividade na obra do autor expressam essa preocupação existencial. Assim, o problema se encontra na relação entre os homens, especificamente entre opressores e oprimidos, por meio da sujeição exercida por opressores e da acomodação como característica dos oprimidos. A superação dessa dualidade, na concepção do autor, só se expressaria na participação direta dos oprimidos.

Por meio da pesquisa realizada, identificou-se que essas concepções presentes no pensamento dos autores permearam as suas organizações e também as suas formulações vinculadas a políticas públicas destinadas a áreas de educação. Ao abordar a constituição do PDT e do PT, constata-se que as ideias de desenvolvimento nacional e integração social de Ribeiro se fazem presentes na construção ideológica do seu partido. No que se refere a Freire e ao PT, é perceptível a formulação política e a participação direta dos grupos historicamente excluídos da arena política.

Nesse sentido, Lynch possibilitou uma melhor compreensão não só relacionada às organizações, mas também aos dois autores, uma vez que Ribeiro pensa a sociedade a partir do Estado e Freire pensa Estado por meio da sociedade. Além disso, ocorre a permanência de outras concepções presentes nos autores: a primeira se encontra vinculada a suas leituras em relação as práticas políticas anteriores à ascensão dos militares em 1964 e as suas teorias, no caso de Ribeiro tendo a preocupação exclusiva com a realidade brasileira e Freire partindo de uma premissa existencial que permite ser aplicada a diferentes conjunturas sociais.

Embora, como se buscou evidenciar no terceiro capítulo, os autores apresentem maior proximidade na fundamentação de seus projetos educacionais, analisando a prática política dos dois intelectuais, percebe-se a continuação da influência das suas teorias, desde a justificativa até as suas formulações.

A atenção as áreas mais pobres, a inserção dos historicamente marginalizados à civilização letrada e a intervenção do Estado por meio da escola na vida indivíduo, com a intenção de educar e civilizar são traços da teoria que orienta a ação de Ribeiro. Freire, por sua vez, apesar de transparecer que o seu projeto se encontra vinculado a uma escola democrática e que liberta os indivíduos. A forma em que se constitui, já apresenta traços presentes na sua teoria, como o fato de escutar a comunidade na qual a escola foi destinada, além dos movimentos sociais presentes na sociedade civil.

Dessa forma, o conceito de práxis é importante para observar como as teorias presentes nos dois autores serviram para criar instrumentos que possibilitariam a transformação da realidade no período em que executaram as suas funções enquanto homens públicos. Ao mesmo tempo, esses autores buscaram compreender a realidade como conjunto das relações humanas, interferindo com a intenção de transformá-la.

Por fim, realizando a leitura das teorias, propostas e considerando o funcionamento dos projetos educacionais, percebe-se que as ideias educacionais defendidas pelos grupos autodeclarados de direita atualmente, se constroem de maneira inversa às concepções defendidas por Ribeiro e Freire no passado. Embora os dois intelectuais apresentassem distinções em suas formulações teóricas e políticas, as suas ideias não se constituíam de maneira antagônica, podendo até mesmo se complementar. Diferentemente do que acontece atualmente, uma vez que as propostas atuais defendem uma escola limitada no que se refere ao conteúdo e ausente em relação a vida do estudante no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Carlos Drummond de. *Eu vi*. Jornal do Brasil, 15 de maio 1980, Caderno b, p.1. Disponível em: <https://pdt.org.br/index.php/pdt-um-partido-com-a-cara-do-brasil/> Acesso em: 21 ago. 2024
- BOTELHO, Bruno. Paulo Freire: educador-pensador da libertação. *Pro-Posições*, v. 27, p. 93-110 (2016).
- Carta de Lisboa: marco do Trabalhismo na redemocratização do Brasil, 1979. Disponível em: <https://pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/> Acesso em: 21 de ago. 2024
- DOMIGUES, José Maurício. Vicissitudes e possibilidades da teoria crítica hoje. *Sociologia & Antropologia*, n. 1.1, 2011.
- FARIA, Lia. A utopia possível: revisitando os CIEPs do Rio de Janeiro. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, 2017
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2012
- FLORES, Rafael Kruter, Maria Ceci Araujo Misoczky. A práxis-crítica na tradição do pensamento social brasileiro. *Cadernos Ebape*, n. 7.3, 2009
- FREIRE, Paulo. "Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. et al. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- FRANCO, Dalva de Souza. A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989–1991) e suas consequências. *Pro-Posições* 25.3, 2014
- GOMES, Ângela Maria de Castro. A invenção do trabalhismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Brizola do trabalhismo: anos 90. Revista do Programa de Pós-graduação em História, p. 11-20, 2016.
- GOMES, Ângela Maria de Castro *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

- MOISES, José Álvaro. *Classes Populares, Participação Política e Protesto Urbano em Osasco e Pirituba*. São Paulo: USP, 1978
- KECK, Margaret E. *PT-A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Centro Edelstein, 2010
- LABICA, Georges. *As teses sobre Feuerbach de Karl Marx*. Zahar, 1990.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Saquaremas e Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. *Insight Inteligência*, n. 55, 2011.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. Boitempo, 2017.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. Paz e Terra, 1989.
- DA SILVA, Josué Pereira. "O que é crítico na sociologia crítica?" *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32.93 (2017).
- PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). manifesto, 1980.
- PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT). manifesto, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. Entrevista ao programa Abertura em 11 de março de 1979
- RIBEIRO, Darcy. *Os brasileiros: Teoria do Brasil. Livro 1*. Vozes, 1983.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.
- RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2016.
- RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Bloch Editores, 1986.
- RIBEIRO, Darcy; NEPOMUCENO, Eric. *Jango e eu*. Editora UnB, 2010a.
- RIBEIRO, Darcy; NEPOMUCENO, Eric. *O Brasil como Problema*. Editora UnB, 2010b.
- STRECK, Danilo Romeu. *Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico*. *Educação & Sociedade* 30.107, 2009
- RUAS, Tabajara. *Brizola – Tempo de Luta*, 2007
- SADER, Eder. *Quando novos atores entram em cena (experiência de luta dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988
- SANTANA, Marco Aurélio. "O “Novo” e o “Velho” Sindicalismo: análise de um debate." *Revista de Sociologia e Política* 10-11, 1998
- SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. Uma revolução no cotidiano. ANPOCS, 1984

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. Edições Loyola, 1993.

SOUZA, Angélica Riello de. *Resistência e desistência: os conflitos na experiência de Paulo Freire como secretário municipal de educação de São Paulo (1989 - 1991)*, Programa de Pós-graduação da PUC-SP, 2018

WEFFORT, Francisco C. *Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*. *Estudos Cebrap*, n. 4, 1972.